



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES: TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO.

ISANE CARIPUNA PINHEIRO

IDENTIDADES E VIOLÊNCIA URBANA: representações sociais sobre o papel do
Centro de Referência da Assistência Social-CRAS no bairro de São Sebastião
(Abaetetuba/Pará)

ABAETETUBA-PA

2024

ISANE CARIPUNA PINHEIRO

IDENTIDADES E VIOLÊNCIA URBANA: representações sociais sobre o papel do
Centro de Referência da Assistência Social-CRAS no bairro de São Sebastião
(Abaetetuba/Pará)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades e Educação, do Campus Universitário de Abaetetuba, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestra em Cidades: Territórios, Identidades e Educação.

Linha de Pesquisa 2: Identidades: Linguagens, Práticas e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Manuel Rocha da Cruz.

ABAETETUBA-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos
pelo(a)autor(a)

P654i Pinheiro, Isane Caripuna.

IDENTIDADES E VIOLÊNCIA URBANA:

representações sociais sobre o papel do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS no bairro de São Sebastião (Abaetetuba/Pará) / Isane Caripuna Pinheiro. —2024.

CII, 102 f.: il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Fernando Manuel Rocha da Cruz.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Abaetetuba, 2024.

1. Amazônia. 2. Centro de Referência da Assistência Social-CRAS. 3. cidade; cultura. 4. identidade. 5. violência urbana. I. Título.

CDD 300.7118115

ISANE CARIPUNA PINHEIRO

IDENTIDADES E VIOLÊNCIA URBANA: representações sociais sobre o papel do
Centro de Referência da Assistência Social-CRAS no bairro de São Sebastião
(Abaetetuba/Pará)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE), do Campus Universitário de Abaetetuba, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestra em Cidades: Territórios, Identidades e Educação.

Data da aprovação: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. FERNANDO MANUEL ROCHA DA CRUZ- Orientador - PPGCITE/UFPA
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. ALEXANDRE AUGUSTO CALS E SOUZA - PPGCITE/NEB/UFPA
Examinador Interno

Prof^ª. Dr^ª. SORAIA MARIA DO SOCORRO CARLOS VIDAL - UFRN
Examinador Externo

Ao meu filho André Luiz, luz da minha vida,
que desde a concepção em meu ventre,
me ensinou a amar e ter coragem para
mover montanhas, obrigada por ter me
dado o Título de Mãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, o dono dos meus dias, aquele que me concedeu sabedoria, paciência, coragem e discernimento para chegar até aqui.

Aos meus avós maternos Edenor Caripuna e Maria Raimunda Caripuna (in memoriam) que sempre me ensinaram que a maior virtude do homem é a honestidade e que a educação é o caminho certo que nos ajudará para alcançarmos nossos sonhos e objetivos.

A minha tia avó Beatriz da Costa (in memoriam) que ajudou em minha criação, me deu suporte com a criação do meu filho para que eu pudesse continuar com meus estudos.

Aos meus pais Maria Caripuna e Edmilson Pinheiro, obrigada por me darem o direito de nascer, e estarem no meu lado na caminhada, amo vocês.

Aos meus irmãos: João Victor, Eliane, Aline e Ana Paula, meus sobrinhos Miguel e Willian e minhas sobrinhas Tallyta, Tayssa e Heloisa, amo muito vocês.

A Marlea Sobrinho, essa dissertação também é sua, se hoje escrevo estas linhas é porque você me incentivou muito a traçar esta jornada.

Ao meu orientador Dr. Fernando Manuel Rocha da Cruz, obrigada por toda paciência, dedicação, obrigada por me apresentar Bourdieu, gratidão por estar me transformando tanto pessoalmente quanto profissionalmente em um ser humano melhor, gratidão por compartilhar comigo tanto conhecimento.

A Ielma Francione, minha amiga, irmã de outra mãe, gratidão por estar ao meu lado em todos os momentos e nunca desistir de mim.

A minha amiga Deucilene Azevedo, minha irmã de alma, obrigada pelos abraços quentes, pelos memes aleatórios e certos, eles sempre fizeram muita diferença.

Ao Padre Roberto, meu conselheiro, pessoa única, obrigada por cruzar meu caminho.

Ao Dr. Hidelbrando Ribeiro Junior (in memoriam) que me fez olhar e acreditar em mim, tenho certeza que nosso encontro foi obra de Deus, obrigada por tanto.

Ao seu Hosana, Secretário Acadêmico e o coração do PPGCITE, profissional de primeira grandeza, obrigada por ser essa pessoa maravilhosa.

A Gabriela Xavier, sempre solícita e gentil em seus atendimentos.

A minha querida Sandy Albuquerque, que nunca mediu esforços para me ajudar nas traduções de alguns textos.

Ao professor e historiador abaetetubense Jorge Machado, obrigada por toda sua gentileza em atender-me e disponibilizar a riqueza histórica materializada em seu livro “Histórias de Abaetetuba”, obrigada pelo presente.

A Joana Rita Abreu Fagundes, obrigada por sua incansável luta pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social no município de Abaetetuba, gratidão pelo Festival de Cordões Juninos, em especial ao Boi Pingo de Ouro, que contribuiu de forma esplendorosa com a mudança de realidade do bairro de São Sebastião.

A todas as pessoas que realizei entrevistas, além de me receberem em suas residências, abriram mãos de suas memórias para contribuir e enriquecer este trabalho acadêmico.

A Mara Cecilia Pureza, obrigada por me ensinar a ser Assistente Social, gratidão pelos ensinamentos.

A todos os meus colegas do PPGCITE, em especial a Barbara Furtado, Mateus Furtado, José Wilk e Ezequiel Araújo, aulas incríveis com pessoas incríveis que vou guardar e lembrar sempre na caixinha chamada coração.

Ao Professor Dr. Alexandre Cals, obrigada por me motivar e me fazer reacreditar que não estou sozinha e que “a luta de classes é a história de todas sociedades”, já nos dizia Karl Marx.

Ao meu grupo AMIGOS, por todas as risadas e energias positivas, que sempre chegaram na hora que eu mais precisava.

Ademais dedico essa conquista a todos/as, aqueles/as que infelizmente por conta da grandiosa desigualdade econômica, social, racial e cultural, propagada pelas estruturas de poder do sistema capitalista, não tiveram a oportunidade de trilhar o caminho da Educação.

“O temor do SENHOR é o começo da sabedoria” (Provérbios - Cap.9, v:10).

RESUMO

O Projeto Albrás/Alunorte é um empreendimento nipônico, situado no município de Barcarena/PA, a 37 Km de Abaetetuba. No final da década de 1980, assistimos à formação do bairro de São Sebastião, no município de Abaetetuba, resultado da concentração de famílias migrantes. Nos primeiros anos, o bairro não possuía infraestrutura básica, nem a presença do Estado, motivos pelo qual se tornou uma das áreas mais violentas do município, devido principalmente ao envolvimento de adolescentes e jovens em gangues. A insegurança e o medo dos moradores devido aos confrontos desses grupos e à segregação e estigmatização do território, levou à implantação do primeiro Centro de Referência da Assistência Social-CRAS no município. A pesquisa objetiva compreender como o processo de industrialização realizado pelo Projeto Albrás/Alunorte influenciou socialmente o bairro de São Sebastião, nomeadamente em termos de identidade e cultura. A abordagem metodológica é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, a qual tem por base a aplicação de entrevistas semiestruturadas a membros de famílias que foram vítimas das “gangues”, membros de famílias que faziam parte das “gangues”, funcionários e ex-funcionários do Estado que participaram do processo de implantação e implementação do CRAS e um dos fundadores do bairro de São Sebastião. Bibliograficamente, a pesquisa foi norteadada pelos trabalhos de Bauman (2005), Bourdieu (2002), Costa (2022), Cruz (2011), Harvey (1989), Hall (2006), Koga (2011), Lefebvre (2011) e Machado (2020). Assim, a pesquisa demonstra, o quanto o Complexo Industrial Albras/Alunorte realiza de forma direta influência na composição populacional-socio-territorial-cultural na formação do território do bairro de São Sebastião. No que se refere ao crescimento demográfico, o bairro de São Sebastião se interligou a teia urbanística rapidamente, contudo essa expansão demográfica realizou-se de forma desigual, fazendo implodir uma das mais atenuantes expressões da questão social: a violência urbana. Com a chegada do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e tempos depois do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU's), a contribuição desses espaços através dos serviços por eles disponibilizados para a comunidade, faz emergir nos moradores não só um sentimento de pertença, mas também o seu redescobrimto enquanto seres humanos e detentores de seus direitos. Aos poucos, estas instituições começaram a obter resultados positivos e os adolescentes e jovens que antes reuniam-se para “guerrear” entre si, passaram a agrupar-se em ensaios e encontros formativos, transformando um território de violência em um território de paz.

Palavras-Chave: Amazônia; Centro de Referência da Assistência Social - CRAS; cidade; cultura; identidade; violência urbana.

ABSTRACT

The Albras/Alunorte Project is a Japanese venture located in the municipality of Barcarena, Pará, 37 km from Abaetetuba. In the late 1980s, we witnessed the emergence of the São Sebastião neighborhood in the Abaetetuba municipality due to the concentration of migrant families. In the early years, the neighborhood lacked basic infrastructure and the presence of the state, which contributed to it becoming one of the most violent areas in the municipality, primarily due to the involvement of adolescents and young people in gangs. The insecurity and fear experienced by residents due to the clashes between these groups, along with the segregation and stigmatization of the area, led to the establishment of the first Social Assistance Reference Center (CRAS) in the municipality. This research aims to understand how the industrialization process carried out by the Albras/Alunorte Project socially influenced the São Sebastião neighborhood, particularly in terms of identity and culture. The methodological approach is qualitative, descriptive, and exploratory, based on the application of semi-structured interviews with members of families who were victims of the gangs, members of families who were part of the gangs, and employees and former employees of the state involved in the establishment and implementation of the CRAS, as well as one of the founders of the São Sebastião neighborhood. The research is guided bibliographically by the works of Bauman (2005), Bourdieu (2002), Costa (2022), Cruz (2011), Harvey (1989), Hall (2006), Koga (2011), Lefebvre (2011), and Machado (2020). Thus, the research demonstrates how the Albras/Alunorte Industrial Complex directly influences the socio-territorial-cultural composition of the population in the formation of the São Sebastião neighborhood. Regarding demographic growth, the São Sebastião neighborhood quickly became interconnected with the urban fabric. However, this demographic expansion occurred unevenly, resulting in one of the most pronounced manifestations of social issues: urban violence. With the arrival of the Social Assistance Reference Center (CRAS) and later the Unified Arts and Sports Centers (CEUs), the contributions of these spaces through the services they provide to the community fostered not only a sense of belonging among residents but also a rediscovery of themselves as human beings and holders of their rights. Gradually, these institutions began to yield positive results, and the adolescents and young people who once gathered to "fight" among themselves started to come together for rehearsals and educational meetings, transforming a territory of violence into a territory of peace.

Keywords: Amazon; Social Assistance Reference Center – CRAS; city; culture; identity; urban violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Município de Abaetetuba	12
Figura 2 - Mapa do bairro de São Sebastião	13
Figura 3- Histórico das taxas de mortes violentas no Pará.	54
Figura 4 - Mapa das mortes violentas: 2021-2022.....	55
Figura 5 - Dados da violência urbana entre os anos de 2010 a 2023	56
Figura 6 - Avenida Hildo Tavares Carvalho, em seu processo de abertura	60
Figura 7 - Avenida Hildo Tavares Carvalho-Atualmente.....	60
Figura 8 - Apresentação dos jovens no I Encontro do PROJEM Adolescente.....	75
Figura 9 - Apresentação da quadrilha CRAS São Sebastião no Festival Junino Municipal.	76
Figura 10 - Apresentação do Boi Pingo de Ouro.....	79
Figura 11 - Arte Circense Os Pernas de Pau	80
Figura 12 - Sala de Informática do CEU's	81

LISTA DE SIGLAS

ADT	Agente de Desenvolvimento Territorial
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas.
CEU's	Centro de Artes e Esportes Unificados
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DN	Demônios da Noite
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FAIBRA	Faculdade Integrada da Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NEV	Núcleo de Estudos da Violência
NOB	Norma Operacional Básica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RG	Registro Geral
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEGUP	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará.
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
VN	Vândalos de Santa Rosa

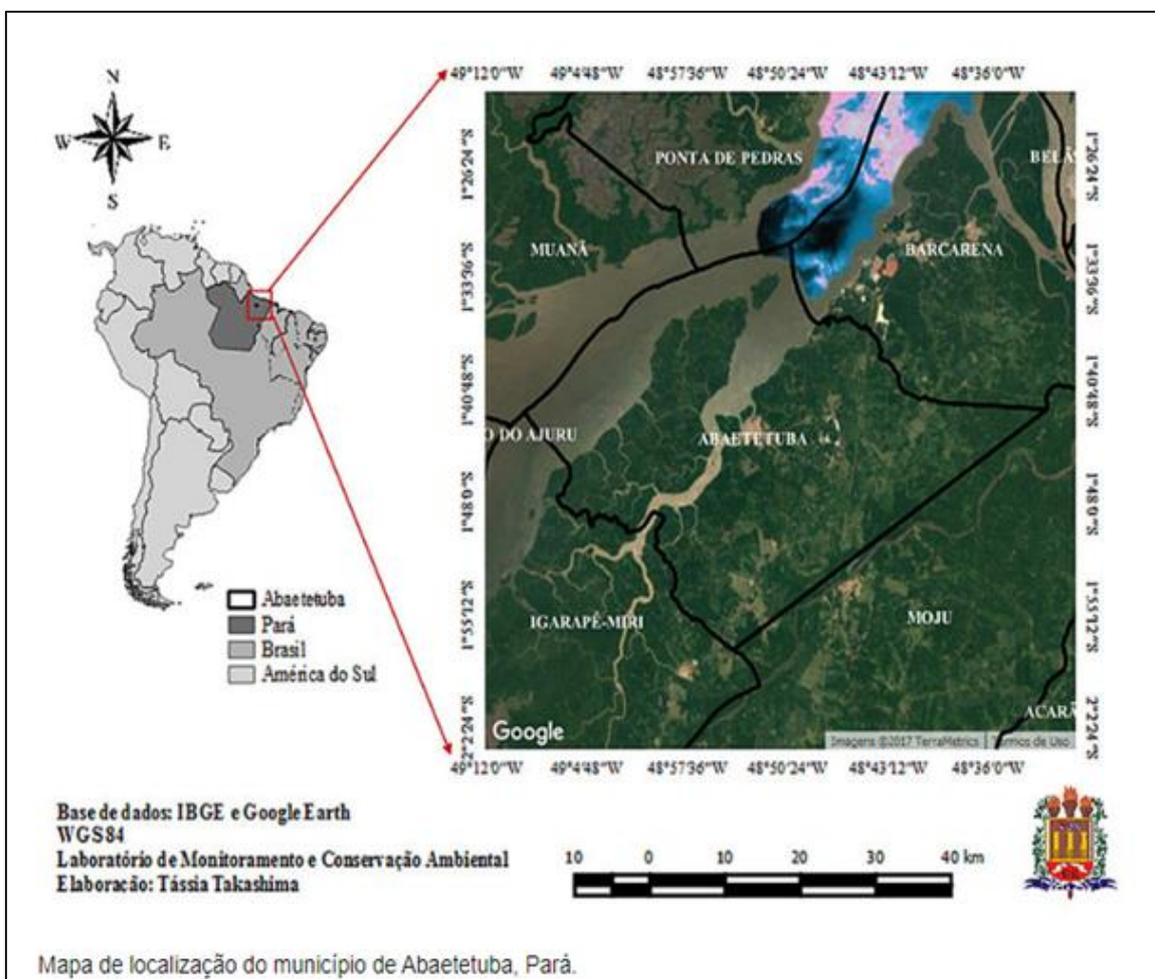
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	IDENTIDADE E CULTURA: UMA SÍNTESE SOBRE A CONSTITUTIVA RELAÇÃO.....	24
2.1	Identidade.....	28
2.2	Cultura.....	31
3	CIDADES.....	35
3.1	A cidade como espaço teórico, prático e sócio espacial.....	38
3.2	Urbanização e Industrialização.....	40
3.3	O Direito à Cidade.....	42
3.4	A violência no cotidiano das periferias.....	49
4	DO TERRITÓRIO DE VIOLÊNCIA AO TERRITÓRIO DE PAZ.....	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	87
	APÊNDICE A - MEMORIAL ACADÊMICO.....	94
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	97
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	99

1 INTRODUÇÃO

Abaetetuba é uma cidade interiorana no nordeste paraense, localizada às margens do rio Maratauíra com uma população estimada em 158.188 habitantes e uma área territorial de 1.610.654 Km² (IBGE, 2024). Encontra-se dividida territorialmente em zona urbana (17 bairros), zona rural ribeirinha (arquipélago de 22 ilhas compostas por 72 comunidades) e zona rural estrada (49 colônias e uma vila). A principal fonte de renda é o comércio terciário, seguido da pesca e extrativismo e funcionalismo público (municipal, estadual e federal).

Figura 1 - Mapa do Município de Abaetetuba



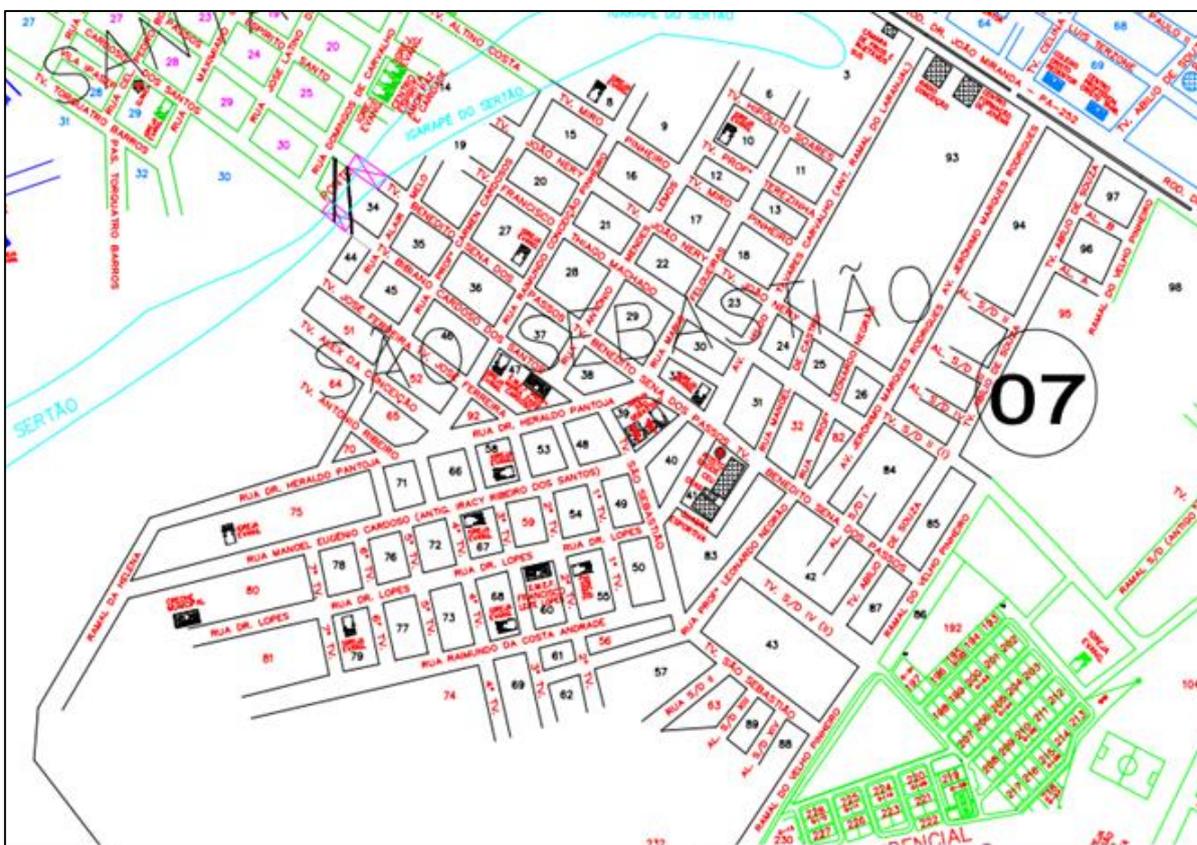
Fonte: Miranda e Tavares Martins (2021)

No final dos anos 80, foi fundado o bairro de São Sebastião que teve origem do processo de implantação do Projeto Albras/Alunorte na cidade de Barcarena, a 37 km

do município de Abaetetuba. Este projeto fazia parte da implantação dos grandes projetos econômicos na Amazônia.

Na sua fase inicial, o projeto foi responsável pelo aumento da empregabilidade, atraindo diversas famílias de várias partes do País. Em Abaetetuba o projeto deu ênfase ao êxodo rural no município. A cidade cresceu caoticamente e, com isso, o surgimento de novos bairros. Para amenizar a situação, o Prefeito da época comprou duas grandes áreas de terra e de forma gratuita, distribuiu pelas famílias, dando origem ao referido bairro de São Sebastião.

Figura 2 - Mapa do bairro de São Sebastião



Fonte: Secretaria de Obras do Município de Abaetetuba (2017)

Sem nenhuma infraestrutura básica, sem cobertura de políticas públicas, esse território apresenta as multifacetadas expressões da questão social como as práticas de violência e os bolsões de pobreza. “Além dessa desestruturação, os hábitos e costumes dessas famílias foram profundamente alterados, ocorrendo a perda da identidade cultural originária” (Machado, 2020, p.32).

Diante desse cenário apresentado por Machado (2020), Guedes (2013) salienta que a identidade cultural se torna diversificada nas entidades fragmentadas da

coexistência social, diante do cenário globalizador das transformações da modernidade, o que nos leva a refletir que pensar em identidade cultural na modernidade é pensar em identificação cultural, ou seja, é identificarmos um sentimento de pertencimento a determinado grupo societário.

Porém, faz-se necessário, o adensamento de um diálogo entre cultura e cidadania, para que assim se possa compreender a complexidade posta pelo processo de globalização, acentuado pela nova ordem capitalista na configuração social, condicionada pela sociedade de mercado.

Nesse interim, é conveniente destacar que a globalização realizou o seu “trabalho” de forma esplendorosa, uma vez que o social se encontra subjacente à economia. Isso reflete não só na ausência de renda, mas também na desigual distribuição de cidadania, quer dizer, a pobreza vai se expressar em múltiplas formas como: discriminações, estratificação social e territorial e ausência de políticas públicas que venham realizar uma redistribuição mais equitativa dos recursos.

Outrossim, faz-se importante realizar um debate sobre a questão da formação socioespacial do território, uma vez que sociedade e espaço estão simultaneamente juntos, o que nos leva a afirmar que a formação socioespacial é fruto das relações sociais.

Koga aduz:

[...], no que concerne à relação entre sujeitos e territórios, torna-se imprescindível tratar da dimensão da cidadania, que se expressa a partir e na dinâmica das populações em relação aos territórios vividos. A referência entre lugar e cidadão/cidadania é uma relação intrínseca ao conceito de cidadania (Koga, 2011, p.20).

É neste sentido, que se deve pensar na política pública, a partir do território, uma vez que essas políticas são direcionadas e estão inerentemente ligadas à própria qualidade de vida do cidadão. Diante disso, o Estado tem um papel importante, uma vez que ele é a expressão das relações sociais nas sociedades capitalistas hegemônicas, e ele tem o papel de intervir com políticas públicas que venham tornar mais equitativa as oportunidades.

Além disso, as políticas públicas vêm não apenas buscando combater as vulnerabilidades instaladas pela extrema pobreza, mas também evitar a ampliação das desigualdades sociais e situações de violação de direitos, como nos casos de violência, trabalho infantil, insegurança alimentar e de renda, realizando conexões

com a identidade cultural, seus saberes, modos de vida e expressões linguísticas dos sujeitos que residem no território.

De acordo com Machado:

[...] Daí é o fim da merenda da tarde-pupunha e tapiquinhas com café – substituída pela “dieta do palhaço”, um lanche rápido (ou *fast food*) incluindo frituras e refrigerantes, a presença de *house music*, *funk* e *hip hop* nos terreiros juninos e o surgimento de grupos de jovens adeptos da cultura alienígena que depressa (em razão do ócio, da miséria, da falta de perspectivas para realização pessoal e da perda da identidade cultural) “evoluem” para violentas gangues de rua. (Machado, 2020, p.33).

Uma vez que o território foi marcado por expressivas práticas de violência, o bairro de São Sebastião tornou-se estratégico para a implantação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Assim, este assumiu uma importância peculiar, uma vez que durante esse período o referido bairro se destacava na mídia local como “IRAQUE” ou “AFEGANISTÃO”, pelo alto índice de violência urbana.

Aqui se destacaram duas “gangues” de adolescente e jovens, conhecidas como “Vândalos de Santa Rosa” (VN) e “Demônios da Noite” (DN). A rivalidade entre elas era extrema, causando nos moradores insegurança e terror diante dos confrontos que ali travavam e que em sua grande maioria resultava em óbitos.

Dessa forma, a implantação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) foi precedida pela mobilização da comunidade, uma vez que a mesma tinha a esperança de fruir de um território passivo, com o estabelecimento de relações sociais estáveis, perspectivas de vida entre a juventude e prazer em viver.

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (Brasil, 2009, p.09). Sendo assim, parafraseando Iamamoto:

Aprender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de intervenção e de reinvenção de vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que, apontam um futuro que está germinando (Iamamoto, 2005, p.28).

Essa perspectiva, elucidada por Iamamoto, leva-nos a realizar uma análise no que diz respeito à juventude enquanto público da política de assistência social, uma

vez que abordar esse jovem a partir das vulnerabilidades e riscos sociais já existentes e latentes em seu cotidiano, ocasiona um conjunto de desafios. Sendo assim, é necessário conhecer e analisar de forma contundente os diferentes contextos aos quais esse público está inserido assim como realizar um trabalho diversificado, onde além de buscar formas para o enfrentamento para as vulnerabilidades e riscos sociais já instalados, devemos buscar estratégias para desenvolver as potencialidades desses sujeitos e assim realizar o processo de prevenção e proteção social.

Dar conta dessa dinâmica, foi um grande desafio devido ao contexto conturbado que imperava no território. Desse modo, foi necessário enfrentar vários entraves como a formação da equipe técnica, a forma como esses indivíduos seriam abordados e a aquisição do prédio. Koga (2011, p.246) salienta que “é preciso buscar o entendimento dos sujeitos e lugares que aí se escondem, agem e transformam”.

Paralelamente a isso, percebemos a importância de uma política pública que venha desenvolver um trabalho dentro da multiplicidade cotidiana vivenciada pela juventude e assim projetar, nesses sujeitos, novas formas de vivências, sejam elas individuais ou coletivas.

Por sua vez, a política de assistência social, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que em seu artigo 1º- A- define a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, e ratifica no artigo 23, parágrafo 2º, a criação de programas que venham assistir crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Nesse caso, apontamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que de acordo com os ciclos de vida realizam trabalho social com os usuários da política de assistência social, buscando de forma progressiva prevenir a ocorrência de situações de risco social.

É conveniente destacar que, em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, se padronizam os serviços ofertados, com destaque para a ação “Nossa Terra, Nossa Gente: Revivendo a memória Popular”. Esta ação facilitava a socialização das oficinas que aconteciam nos encontros do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que junto ao Projeto Arteiros em Cena, usava a arte como instrumento de intervenção.

O evento mudou a realidade do território, tomando grandes proporções e ficou conhecido como Festival de Cordões Juninos. Já no ano de 2011, a Prefeitura Municipal através do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do

Governo Federal-SINCOV, habilitou o município para a construção de um Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU's).

Os CEU's integram, no mesmo espaço, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção a violência e inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Toda essa gama de espaços e serviços é realizada de forma intersetorial com o CRAS, reforçando os mecanismos que contribuem para o fortalecimento do respeito, autoestima, empoderamento e principalmente para o sentimento de pertença.

Uma vez que a desestruturação econômica local, alterada pelo processo de industrialização, difundido pelo projeto Albras/Alunorte gera toda uma mudança de hábitos e costumes na população, devido aos novos métodos de produção gerados pelo capitalismo, o homem amazônida se vê fora de sua realidade “costumeira”, mas delimitado e à mercê de seu “colonizador”.

Nesse contexto, temos a saga das famílias que se instalaram no bairro de São Sebastião, principalmente as remanescentes da região da zona rural (ilhas), que ao se depararem com a realidade, enfrentaram conflitos de identidade, principalmente pelo novo modo de subsistência (uma vez que na região das ilhas, as famílias vivem da caça, pesca, extrativismo enquanto na zona urbana, elas enfrentam a dificuldade de conseguir um emprego).

O Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU's) realiza através de suas atividades esportivas, culturais e de lazer, formas de enfrentamento à questão social e seus desdobramentos: “Uma vez que a violência ameaça a vida e o futuro de milhões de meninos e meninas e destrói o tecido social de comunidades e nações” (UNICEF, 2024).

Para tanto, podemos dizer então que a violência é um instrumento que também se realiza dentro do âmbito econômico e político, incorporando-se na forma de produção e reprodução dos sujeitos e dos lugares em que estes habitam, realizando assim não só a agressão física, inclusive a psíquica, seja ela individual ou coletiva.

No caso do bairro de São Sebastião, observamos que por ser marcado ferozmente pelos desdobramentos da questão social, fez com que esses sujeitos que ali permanecem, recriassem cotidianamente meios de existência e resistência em suas formas de viver.

Segundo lamamoto:

[...] Questão Social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõe. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção de rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade [...] (lamamoto, 2005, p.28).

Isso significa que a proteção social exige a capacidade de uma maior aproximação da vida cotidiana dessas pessoas que se encontram dentro de tais vulnerabilidades e riscos sociais. Dessa forma, no Brasil, a política de assistência social ocupa lugar favorável nos esforços do Estado em reduzir a pobreza e a desigualdade, ofertando a proteção social através de seus serviços socioassistenciais desenvolvidos no CRAS. E na medida que essa política realiza sua atuação, ela contribui para o alcance de alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como: Acabar com a pobreza em todas as suas formas; Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Com a Constituição Federal de 1988, a política de assistência social ganha uma visão social inovadora de proteção, de captar as diferenças sociais e entender as vulnerabilidades da população, ou seja, essa política social desenvolve seu trabalho dentro da proteção social com pessoas, com as circunstâncias de dada realidade social e seu núcleo de apoio primeiro à família. Visão esta que coincide com três dos objetivos do desenvolvimento sustentável e com as atividades que o CRAS de São Sebastião em conjunto com o CEU's desenvolve e se coadunam com as metas desafiadoras propostas pela Organização das Nações Unidas-ONU, durante a Rio+20.

Sendo assim, busca-se através desta dissertação de mestrado, desenvolver um olhar sociológico, a partir de uma leitura da realidade vivenciada por diferentes sujeitos, que por conta do fenômeno da migração desencadeada pelo processo de industrialização, contribuíram para a formação de um território, que em seu início vivenciaram o contraste realizado entre progresso, empregabilidade e pobreza. Este desafio nos convida a refletir a carga explosiva contida na questão social, onde o maior ponto de tensão desenvolvido foi a violência urbana devido ao ócio protagonizado pela

falta de planejamento urbano, social, educacional e cultural propagado pelo Estado mínimo.

A investigação deu-se na cidade de Abaetetuba, especificamente no território do bairro de São Sebastião e busca responder à seguinte pergunta norteadora: Quais as proposições pensadas para a implantação do CRAS e do CEU's para o bairro de São Sebastião e sua efetividade refletindo a interface do real com o ideal?

Nesse sentido, podemos perceber a importância da análise proposta, reconhecendo as fortes pressões que o processo de exclusão sociocultural gerou sobre as famílias acentuando suas fragilidades e contradições.

Assumimos, desse modo, como objetivo geral da pesquisa: compreender como o Projeto Albras/Alunorte influenciou socialmente o bairro de São Sebastião, na cidade de Abaetetuba, nomeadamente em termos de identidade e cultura.

E como objetivos específicos propomos: relacionar dinâmicas sociais e institucionais com o desenvolvimento e crescimento da cidade; debater as ações desenvolvidas pelo poder público a partir da figura do CRAS e do CEU's para a ressignificação, desestigmatização e reafirmação da identidade do bairro de São Sebastião.

Metodologicamente, optamos pela Teoria do Conflito Social, por entendermos que o campo científico, busca através das dimensões históricas, responder a conflitos e antagonismos provocados pela divisão de classe, acirrando-se na pobreza, miséria, fome, violência, entre outros. Demonstrando assim, que as oportunidades de vida nunca são igualmente distribuídas. Outrossim, salientamos que o conceito de conflito que iremos utilizar em nossa pesquisa é exclusivamente o social. Não adentraremos nos conceitos utilizados, seja pela Psicologia ou até mesmo a Biologia, nem no processo de mediação de conflito muito utilizado no campo do Direito.

Como refere Santos (2014):

Dessa forma utilizaremos o conceito de conflito social para delimitar as disputas em torno dos objetivos coletivos, que muitas vezes representam disparidades no modelo-organizado ou não- de desenvolvimento aplicado à sociedade" (Santos, 2014, p.545).

Portanto, a Teoria do Conflito Social pauta-se nas análises sociais, a começar por suas estruturas a imposição societária, principalmente relacionada na posição econômica. Sendo assim, podemos inferir que a Teoria do Conflito Social tem suas bases sociológicas, na teoria marxista, posto o processo de divisão de classes

acirrada pelo modo de produção capitalista: burguesia e proletariado. Contudo, a teoria do conflito social apreende as lutas sociais além do modelo econômico, e nos convida analisar o mínimo “necessário” que ele deixa para a sobrevivência.

É preciso acentuar que a Teoria do Conflito Social não observa o indivíduo em sua individualidade, mais sim doravante a coletividade, ou seja, seu meio societário.

Ponto que a complexidade que acompanha as profundas transformações mundiais, requer que descortinemos as mais variadas possibilidades que a diversidade social nos propõe. O que nos leva a observar as formas como os conflitos sociais se reconfiguraram nesse novo milênio, principalmente após a reestruturação da conjuntura política e social desenvolvida por uma intensa contradição entre discurso e prática. Vale depreender, que o conflito social, efetiva-se através de grupos distintos, com visões ideológicas diferentes sobre uma determinada ação coletiva que realizará um desenvolvimento social, político, econômico e cultural.

A ideia de desenvolvimento que aqui vai se tratar, é num sentido não restrito, e sim abrangente por o mesmo realizar uma análise a um conjunto expressivo da sociedade.

Como caracteriza Santos (2014):

Os conflitos sociais, por sua natureza, têm o poder de envolver grupos sociais que originalmente não participavam da disputa, mas que, em razão de valores utilitários ou morais, acabam por tomar posição frente ao embate coletivo. Esse movimento se dá pela manipulação-consciente ou não, controlada ou não- da agenda pública da sociedade em todo mundo (Santos, 2014, p.545)

Mediante tal caracterização, cabe-nos frisar a história do bairro de São Sebastião, uma vez que quando se falava nesse território, o imaginário das pessoas as levava a um campo de guerra, devido o momento de alta vulnerabilidade que este território apresentava. Da mesma forma, elucidamos os vários episódios de intervenção da equipe técnica do CRAS junto aos grupos de gangues, para que os mesmos pudessem entender como se dariam os serviços socioassistenciais e assim “permitirem” a implantação dos mesmos.

Chauí adverte:

[...] o agente não age em conformidade consigo mesmo e sim em conformidade com algo que lhe é exterior e que continua a moral de sua sociedade. Esse conflito só pode ser resolvido se o agente reconhecer os valores morais de sua sociedade como se tivessem sido instituídos por ele [...] (Chauí,2017, p.30).

Isto posto, nos valeremos dos manuscritos de Minayo (2001, p.09) onde a autora alega que a “ciência sempre se preocupou com o conhecimento da realidade, com os fenômenos, com o lugar dos indivíduos na organização social, seus mecanismos de poder, controle e reprodução”.

Tal argumentação se torna fundamental para nosso objeto de estudo. Gerhardt e Silveira (2009, p,11) salientam que a “metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus funcionamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas”. Já Gil (2008, p. 26) destaca que a “metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social “, sublinhando ainda que se pode definir “método como o caminho para chegar a um determinado fim” (Gil, 2008, p.08).

Posto isto, entendemos que não basta que saibamos aplicar métodos e técnicas, é necessário sapiência ao referir-se a um conhecimento que auxilia e argumenta a metodologia aplicada.

Assim, “o elemento fundamental para o processo de conhecimento e que ajuda a diferenciar a ciência do senso comum, é o método científico por se tratar de um conjunto de procedimentos lógicos e técnicas operacionais que permitam acesso as relações causais constantes entre os fenômenos” (Severino, 2013, p.12)

Minayo (2001, p.13) refere que “a pesquisa social é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos”.

Dessa forma, com base em nossos objetivos, nos auxiliaremos da pesquisa descritiva e exploratória, por as mesmas conterem maior familiaridade com o objeto de estudo.

A classificação das pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas é muito útil para o estabelecimento de seu marco teórico, ou seja, para possibilitar uma aproximação conceitual. Todavia, para analisar os fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa (Gil, 2002, p. 43).

Portanto, a pesquisa foi aperfeiçoada por meio das abordagens qualitativas, por compreendermos que toda atividade social é funcional, em outras palavras, desempenhando uma função determinada. “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.[...]” (Gerhardt; Silveira, 2009, p.31).

Minayo (2001, p.22) destaca que “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Severino (2013) nos retrata que a “pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, de corrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses etc. [...]”. Para além desta, recorreremos à pesquisa documental e de campo.

A pesquisa de campo foi realizada através da aplicação de entrevistas aos sujeitos que participaram/vivenciaram toda essa sucessão de acontecimentos no bairro de São Sebastião. Uma vez que a entrevista é um importante instrumento de trabalho nos vários campos das Ciências Sociais como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras (Marconi; Lakatos, 2003, p.196).

A técnica de entrevista que utilizamos é a semiestruturada, uma vez que “tem vantagem de permitir a comparação das respostas obtidas para cada questão ou tema, permitindo identificar o que é comum e o que é diferente” (Cruz, 2020, p.101).

Para realizarmos a conversação, selecionamos os seguintes entrevistados: 02 (duas) assistentes sociais¹, 01 (um) psicólogo/a, 02 (dois) educadores sociais (funcionários do CRAS), 01 (um) professor/a (funcionário do CEU), 03 (três) membros das famílias de adolescentes e jovens que fizeram parte das “gangues”, 03 (três) membros de famílias que foram vítimas da violência, seja de forma direta ou indireta e 01 (um) pessoa que participou da fundação do bairro.

A seleção dos entrevistados deu-se da seguinte forma: as assistentes sociais e a psicóloga foram as primeiras profissionais que adentraram o bairro para iniciar os primeiros diálogos com as “gangues”, tendo em vista realizar a implantação e implementação do CRAS; quanto aos educadores sociais, deveu-se a um deles ter realizado o trabalho inicial e o outro ter dado continuidade ao processo; o professor do CEU's para permitir a compreensão de como se deu esse trabalho compartilhado com o CRAS, e como se dá esse trabalho de “complementação”; quanto aos membros familiares, dois por terem feito parte da gangue “Demônios da Noite” e outro por ter feito parte da gangue “Vândalos de Santa Rosa”. Entrevistamos ainda uma família que

¹ Uma das assistentes sociais entrevistadas, na época da implantação e implementação do CRAS, era Coordenadora da Proteção Social Básica.

foi vítima de forma direta de atos das gangues e duas famílias que foram vítimas de forma indireta pelos mesmos. Por fim, entrevistamos Osmar Pinheiro, por ter sido um dos fundadores do bairro de São Sebastião.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de dezembro/2023 e janeiro/2024, tendo as mesmas sido realizadas nas dependências das residências dos entrevistados.

Após o recolhimento dos dados, realizamos a análise de conteúdo, que é definida por Gerhardt e Silveira (2009, p.84) como uma “técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas como objetividade, sistematização e inferência”.

Sendo assim, realizamos a transcrição das entrevistas, para que pudéssemos fazer a análise do seu conteúdo, categorizá-las e estruturá-las semanticamente, a partir das informações obtidas (Bardin, 2008).

Dessa forma pudemos inferir que a construção de um referencial metodológico é primordial para que se possamos garantir tanto a eficiência quanto a coerência da pesquisa com o objeto de estudo. Entretanto, apesar da aplicabilidade principal ser por meio da abordagem qualitativa, em alguns momentos, não deixamos de utilizar o método multifuncional (quali/quant) devido à existência de indicadores estatísticos, de modo a concretizar a realidade social, econômica e cultural.

Minayo (2001, p.22) acentua que “o conjunto de dados qualitativos e quantitativos, porém, não se opõe. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Por fim, a presente dissertação apresenta em sua composição 03 (três) capítulos: Capítulo I- que trata os conceitos de Identidade e Cultura, a influência do processo da globalização e suas construções na modernidade e pós-modernidade;

Capítulo II- realiza uma abordagem sobre a cidade, não apenas como espaço geográfico, mas como espaço permeado de relações sociais contraditórias e antagônicas;

E por fim o Capítulo III- que apresenta e debate a pesquisa de campo realizada no bairro de São Sebastião, onde a partir da observação e análise de dados, se buscou compreender a complexidade de formação e maturação das relações sociais, a intervenção de políticas públicas sociais e, em especial, a Política de Assistência Social.

2 IDENTIDADE E CULTURA: UMA SÍNTESE SOBRE A CONSTITUTIVA RELAÇÃO

“[...] nada é fixo para aquele que alternadamente pensa e sonha [...]”
(Gaston Bachelard)

O presente capítulo destina-se a refletir sobre a correlação entre os conceitos de identidade e cultura. O campo da identidade é vasto e tem sido objeto de vários estudos como, por exemplo, as concepções de identidade na história, suas transformações na modernidade e os processos de construção e reconstrução da identidade cultural na pós-modernidade. “Uma vez que a modernidade pode ser entendida ou condicionada com o processo da revolução industrial e a pós-modernidade vem conceituando o processo da realidade narrativa, isto é, traz consigo o “campo de opiniões e forças políticas conflitantes, que não podem ser ignorados” (Harvey, 1989, p. 21-45).

Em seu livro “A Condição Pós Moderna”, Harvey aborda o modernismo e sua passagem para a pós-modernidade. O autor trata o assunto aferindo as transformações político econômicas proveniente do capitalismo. Além disso, destaca as mudanças ocorridas no âmbito social e cultural.

Dessa forma, Harvey, usa a cidade para demonstrar essas transformações socio-econômicas-culturais, que além de realizarem uma mudança estética, material e imaterial nas cidades, contribui para a mudança de identidades ao longo do processo histórico. Harvey aponta que: “[...] a cidade parecia mais um teatro, uma série de palcos em que os indivíduos podiam operar sua própria magia distintiva enquanto representavam uma multiplicidade de papéis” (Harvey, 1989, p. 15).

Nesse caso podemos compreender que a cidade vai contemplar múltiplos indivíduos em suas múltiplas culturas e que essas representações são determinadas pela complexidade do movimento histórico-dialético, onde o mesmo vai moldar essa cidade e respectivamente sua ou suas identidades, seja na arquitetura, no urbanismo ou nas relações sociais.

Harvey (1989, p. 15), descreve que ser “moderno é situar-se nos mais diversos ambientes, sejam eles de poder, de crescimento, de alegria, ou seja, uma transformação de si e do mundo. Contudo, essa transformação que pode ser benéfica

ao mesmo tempo que pode se transformar em uma ameaça, pois, existe o risco de abolir saberes e formações relacionais, seja ela individual ou coletiva”. Assim sendo:

[...] A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a humanidade une toda espécie humana. (Berman, 1986, p. 14).

Nesse caso, podemos argumentar que a modernidade pode ser paradoxal, uma vez que esse processo de unidade da humanidade descrito pelo autor, possibilita ser o encontro de várias identidades representadas nos mais diversos indivíduos que compõem as cidades e assim temos uma variação de sentidos e significados na cultura, na linguagem, na economia e na própria relação social entre os indivíduos.

Bauman (1998, p. 7), se refere à modernidade como sendo mais ou menos a beleza, a limpeza e a ordem das coisas destacando que: “A civilização se constrói sobre uma renúncia ao instinto” (Bauman, 1998, p.8). Dessa forma, postulamos, que a modernidade irá realizar profundas mudanças no homem e seu modo de vivência e sobrevivência, isto é, as transformações propostas pela modernidade se corporificarão no campo científico tecnológico, nas relações sociais, nos modos de produção, nas questões urbanas, em outras palavras, a modernidade metaforseará o homem em sua existência, assim como na qualidade de vida.

Nesse interim, explana-se as profundas transformações econômicas, sociais e culturais que o município de Abaetetuba teve nos anos 80, a intensa migração estabelecida pela proximidade do município com um dos grandes e ambiciosos projetos de exploração da Amazônia, o Projeto Albras/Alunorte.

Bauman (1998) elucida que o homem moderno dotou-se de inteligência, contudo também desencadeou processos dentro da estrutura formadora dessa modernidade que pode fazer com que ele dentro do processo de reforma civilizatória possa acirrar o processo de desigualdade. Nas suas palavras:

Os grandes crimes, frequentemente, partem de grandes ideias. Poucas grandes ideias se mostram completamente inocentes quando seus inspirados seguidores tentam transformar a palavra em realidade - mas algumas quase nunca podem ser abraçadas sem que os dentes se descubram e os punhais se agucem. Entre esses tipos de ideia, ocupa posição privilegiada a da visão de pureza (Bauman, 1998, p. 13).

Sendo assim, compreende-se que tanto Harvey quanto Bauman, nos trazem a modernidade como o símbolo do estágio para o capitalismo, uma vez que o sistema capitalista realizará um processo de mudança dentro da globalidade. Com isso as

mudanças serão visíveis tanto de dentro de um processo de avanço científico tecnológico quanto no processo de desigualdades sociais acirrado pela acumulação da riqueza em detrimento de uma “minoria”.

Isso faz com que se evidencie ainda mais a lógica classista e nitidamente repressiva, tanto difundida por Karl Marx (2023), da burguesia como classe dominante e exploratória e o proletariado, como classe trabalhadora e visivelmente explorada.

Forças políticas conflitantes, campo de opiniões, uma cultura capitalista avançada, são processos que não podem mais ser ignorados. As fronteiras são rompidas a cada dia, uma profunda mudança acontece. Harvey conceitua essas mudanças como Pós-modernismo. O processo desenvolvimentista evolui, o que antes era construído para homens, agora será construído para pessoas.

Harvey (1989) aponta que “as torres de vidro e as lajes de aço que pareciam ser destinadas a dominar as paisagens urbanas, são progressivamente substituídas por blocos-torres ornamentadas e as habitações são projetadas para satisfazer as necessidades dos habitantes”. Sendo assim, podemos observar um replanejamento da cidade, abrangente e integrado, onde a revitalização urbana dará ênfase à criação de modelos metropolitanos e dominantes.

De modo similar, evidencia-se Cruz (2011) quando o referido autor destaca que “os espaços públicos são espaços de encontro com “outros”, sejam eles, locais, nacionais ou estrangeiros. Contudo o poder local tem aumentado a sua atenção a este espaço e tem-o valorizado esteticamente”.

Diante da colocação de Cruz, cabe-nos refletir o quanto o modo de produção capitalista tem “saqueado” nossas identidades, sejam elas individuais, coletivas e até mesmo culturais, causando um vago sentimento de mal-estar.

Harvey (1989), nos faz refletir o que realmente seria o pós-modernismo, já que há muitas interrogações que não conseguem ser respondidas.

Este autor nos traz algumas indagações: “O pós modernismo, representa uma ruptura com o modernismo ou é apenas uma revolta no interior deste último? Será o modernismo um estilo, ou um conceito periodizador?” (Harvey, 1989, p.47). Seria então o pós-modernismo uma espécie de bifurcação de inseguranças e equívocos? Seria um jogo de oposições dentro da arena prática intelectual? Bauman salienta:

O sentimento dominante, agora, é a sensação de um novo tipo de incerteza, não limitada à própria sorte aos dons de uma pessoa, mas igualmente a respeito da futura configuração do mundo, maneira correta de viver nele e os

critérios pelos quais julgar os acertos e erros da maneira de viver (Bauman, 1998, p. 32).

Evidencia-se então que o pós-modernismo seja de fato a aceitação ao passageiro, ao incompleto, ao confuso, ou, o pós-modernismo enfatiza o caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele. Para Bauman (1998, p. 32): “O mundo pós moderno está se preparando para a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irreduzível”. O que nos faz buscar constantemente respostas sobre os contextos que a vida pós-moderna nos apresenta, principalmente em relação ao processo de constituição da identidade.

Posto isso, vale ressaltar que se existem verdades eternas e universais, elas não podem ser especificadas, pois, vivemos em um mundo de incertezas, de uma formação de pluralidades, seja na linguagem, seja na vivencia, seja no jogo do poder. Destaca Harvey:

A nossa linguagem pode ser vista como uma cidade antiga: um labirinto de ruelas e pracinhas, de velhas e novas casas, e de casas com acréscimos de diferentes períodos; e tudo isso cercado por uma multiplicidade de novos burgos com ruas regulares retas e casas uniformes (Wittengenstein *apud* Harvey, 1989, p. 51).

Deste modo, a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. De apropriação de tais conceitos abrimos nossas explanações a partir de Giddens (2002) e Bauman (2003). O primeiro autor nos apresenta a narrativa de uma separação conjugal após o período de uma década de convivência e o processo de mudança provocadas pela dissolução do casamento: como o rompimento de vínculos afetivos entre o casal, o modo como os filhos a partir de então são criados e os novos rumos da vida pessoal de cada um. Dentro dessa perspectiva podemos observar que a tarefa de se estabelecer um novo “sentido do eu”, um novo “sentido de identidade, será construído ou reconstituído ao longo do processo.

Já Bauman (2003) entende o conceito de “comunidade como grupo de pessoas que ocupam o mesmo espaço/lugar físico. Essas pessoas compartilham de características sociais, intelectuais, culturais, ou seja, há grandes semelhanças entre si”. Mas o que tudo isso tem a ver com o processo de identidade?

O processo de identidade é algo que se constrói ao longo do tempo e em determinados períodos históricos, a tendência globalizante da modernidade está ligada ao processo de transformação da vida diária, o que significa dizer que a globalização teve uma forte influência dentro do processo de desenvolvimento da

identidade. Assim, sua reflexividade nos leva a compreender que o “eu” e “sociedade” estão completamente interrelacionados, seja nas demandas cotidianas, culturais, e/ou até mesmo da linguagem.

As identidades são elementos constituídos e negociáveis durante toda a vida do sujeito e são sempre multifacetados. Pois todo ser humano possui uma identidade pessoal, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma série de identidades de grupo, como: familiar, gênero, etário, ocupacional, origem geográfica, classe social, cultural, religioso, linguístico e etc. (Hall *apud* Rufino; Sena, 2021).

Partindo desse pressuposto podemos constatar que o processo societário, não é delimitado e muito menos unificado e concluído, qual nos faz atestar que a identidade tem em seu cerne um processo de movimento que a modifica ou a constrói e reconstrói de acordo com um determinado meio social e seus processos contraditórios e antagonistas. Em outras palavras, a cinesia identitária cultural tem seu agir revertendo de acordo com a diástase que a historicidade revela.

2.1 Identidade

O debate sobre a questão da identidade tem sido intensificado nos últimos tempos na teoria social, principalmente diante da amplitude das constantes mudanças na arena global, sejam na economia, no clima e principalmente no universo cultural.

Essas deslocções em tempo recorde das sociedades modernas, produz uma similitude cultural que pode levar à fragmentação ou até mesmo à desconstrução das identidades dentro do seu processo de culturalidade local. O que nos remete a Machado (2020) quando nos deleita em seus manuscritos sobre o processo de industrialização realizado pelo Projeto Albras/Alunorte, no momento em que relata o processo “educacional” alienante realizado sob o homem amazônida.

Diante de tais colocações Woodward (2012) nos leva a reflexão de que a identidade possa estar a passar por um processo de “crise”, afinal ela tornou-se o centro de muitos debates na era moderna e pós-moderna. Bauman expressa:

É realmente um dilema e um desafio para a sociologia se você se lembrar de que, há apenas algumas décadas, a “identidade, não estava nem perto do centro do nosso debate, permanecendo unicamente um objeto de mediação filosófica. Atualmente, no entanto, a “identidade” pé o “papo do momento”, um assunto de extrema importância e em evidência (Bauman, 2005, p. 22-23).

Bauman (2005, p. 22) nos faz observar que a identidade “é algo que ainda precisamos construir a partir do zero ou escolher alternativas e então lutar por ela e protegê-la ainda mais”.

Diante da colocação do autor, consideramos que a identidade deixou de ser algo individual e tornou-se mais coletiva, ou, que todo esse diálogo realizado em torno da identidade nos dias atuais é possível devido à maneira como ela passou a ser vivenciada, seja no íntimo de sua singularidade, seja através da sucessão de reinícios que no amago do processo de fragmentação da identidade, se torna necessário para que a identidade possa ser construída ou até mesmo reconstruída.

Destarte, a isso podemos nos referir aos povos indígenas que buscam o tempo todo promover e fortalecer suas identidades, seja dentro do processo linguístico ou cultural.

Araújo e Cruz (2024) ressaltam que o legado da colonização realizada pelos europeus ainda é evidente e aumenta através do abate das florestas e garimpos, fator que leva ao contínuo desaparecimento de comunidades, povos e culturas antigas que aos poucos, vão sendo apagados da face da terra. Isso demonstra que a identidade não tem uma solidez. Um dos maiores exemplos dessa fragilidade é a implantação da religião católica como religião oficial no Brasil, imposta pelos portugueses.

Ainda dentro dessa ótica, parafraseio o Bauman quando ele cita que: “As identidades ganham livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas”. (Bauman, 2005, p.35). Assim, ponderamos que a identidade muitas das vezes pode dividir, separar uns dos outros, uma vez que se vai procurar aquilo que destaca. Contudo ela também iguala, uma vez que durante a busca, procuramos aquilo que nos identifica.

Todavia, conforme a questão acima descrita, leva-nos a atribuir a este texto uma descrição de Herbert Asbury (2002) onde ele destaca o quanto o jovem gângster Zelig despertava em outros jovens uma espécie de “identificação” e “pertencimento”.

Os bandidos e matadores mais ilustres de Eastman depuseram sua sorte em Zelig, e à medida que crescia sua fama, aumentava o séquito de ambiciosos jovens, ansiosos por mostrar suas façanhas como brigões e atiradores (Asbury, 2002, p. 323).

Então podemos cogitar que identidade significa aparecer, ser diferente. E, esse anseio por identidade vem de um desejo por segurança e confiança.

Hall (2006) em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade” nos traz a questão das identidades nacionais e a influência da globalização no hibridismo e o reforço das identidades. Ele ainda apresenta três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno; e que isso é resultado de um histórico de transformações nas concepções de gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade.

A primeira concepção é o sujeito do iluminismo. Tal sujeito estava baseado numa concepção de pessoa humana, como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, de consciência e de ação. Era uma concepção bastante individualista do sujeito. A segunda concepção de identidade é o sujeito sociológico. Nessa concepção estava traduzida a crescente complexidade do mundo moderno. A identidade era construída na interação entre indivíduo e sociedade. A terceira concepção de identidade está no sujeito pós-moderno. O sujeito possuidor de uma identidade fragmentada e sendo composto consequentemente por várias identidades.

Assim, podemos dizer que “o sujeito assume identidades diversas em diferentes momentos, identidades que são unificadas ao redor de um “eu” coerente” (Hall, 2006, p.13). Contudo, este autor, ainda em suas descrições sobre o processo de identidade faz o seguinte relato:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas o porquê construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos e uma confortadora narrativa do “eu” (Hall, 1990 *apud* Hall, 2006, p. 13).

Deste modo, o referido autor, nos leva a compreender que a identidade completa, segura e coerente é uma fantasia. Ele ainda ressalta que dentro do ser humano, há identidades contraditórias, empurrando-o para diversas direções, o que nos leva a concluir que as identificações do homem estão continuamente se diversificando. Para melhor compreendermos essa afirmação, figuramos a fase de adolescência do indivíduo, onde nessa etapa da vida, o sujeito tende a realizar uma busca constante do eu.

Nas palavras de Asbury (2002):

[...] Muitos garotos se tornaram gângsteres unicamente por causa de um avassalador desejo de emular os feitos de alguma personalidade espetacular do submundo ou devido o anseio pela fama e pela glória que só poderia

satisfazer adquirindo reputação de sujeito durão e perigoso (Asbury, 2002, p. 13).

Dessa forma, é plausível depreender que conceituar identidade é realizar a compreensão da realidade em que os sujeitos se encontram, uma vez que como é sabido, o processo de identificação societária não é automático, mas faz parte de um processo de formação de mudanças, sejam elas políticas, econômicas, educacionais ou culturais.

2.2 Cultura

Bourdieu (2002) ressalta que:

a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os de outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para as legitimações dessas distinções (Bourdieu, 2002, p. 10).

Assim, podemos considerar que identidade e cultura estão imbricadas e ganham sentido no universo das relações sociais, pois, a cultura não é só um produto da vivência dos homens, é também um processo dessa produção.

Desta maneira, intentamos argumentar que muitas vezes a ideologia dominante se apropria desse cabedal de costumes com um enfoque global, perpassando por todas as instâncias societárias para difundir seus interesses particulares.

O filósofo conservador Roger Scruton (1986) argumenta que:

A condição de homens (*sic*) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo-como um membro de sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (Scruton, 1986, p.156 *apud* Hall 2006, p. 48).

Já Ernest Gellner (1983), adotando uma posição mais liberal, acredita que sem um sentimento de identificação nacional, o sujeito moderno experimentaria um desmedido sentimento de perda subjetiva:

A ideia de um homem (*sic*) sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, de problemas do nacionalismo. Ter uma nação não é atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal (Gellner, 1983, p.6 *apud* Hall, 2006, p. 48).

Stuart Hall (2006) nos desafia a pensar sobre a identidade cultural nacional e seus deslocamentos ocasionados pela globalização.

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são encontradas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (Hall, 2006, p. 51).

A globalização é tratada por Hall (2006) como sendo provocadora de uma sobreposição das identidades nacionais por outras mais particularistas, de identificação cultural. Segundo este autor o processo de globalização está deslocado das identidades nacionais, em consequência das migrações de diferentes culturas advindas dos mais variados lugares do mundo, que, por isso, tornaram impossível manter as identidades culturais intactas e o não enfraquecimento das identidades nacionais.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas-desalojadas-de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem “flutuar livremente” (Hall, 2006, p. 75).

Essa gama de identidades culturais construídas ou constituídas pelo mercado global, nos coloca o tempo todo em confronto com nós mesmos diante de toda essa mercantilização identitária

Arjun (2004, p. 51) nos permite identificar esse deslocamento e conflitos ideoculturais quando salienta que a etnopaisagem é também marcada pela “passagem de pessoas que constituem o mundo em deslocamento que habitamos: turistas, imigrantes, refugiados, exilados...”. Cruz (2022) refere que a experiência do mundo passa sempre por convenções culturais e que os próprios modos de representação se transformam.

Sendo assim, as novas compreensões de cultura e identidade, ratificam para novas formulações de identidade cultural, sejam essas identidades culturais que sobreviveram por muito tempo (podemos exemplificar os povos indígenas), ou as identidades culturais que formam-se a partir de novos grupos de identificação (a tradição gaúcha, onde tem-se uma mistura de elementos portugueses, espanhóis, italianos e alemães) e estar inseridos neles, faz toda a diferença nestas percepções de identidades culturais.

Bem como o processo de globalização não envolve somente fatores econômicos, mas também o cultural, o identitário e o linguístico, uma vez, que a perspectiva globalizante, a homogeneidade cultural que é proporcionada pelo mercado global, pode acusar um distanciamento da identidade em relação à cultura e aos aspectos vivenciados por uma determinada comunidade.

Portanto, há importância na relação entre identidade, linguagem e cultura, uma vez que a linguagem identifica o indivíduo como parte de uma sociedade e o indivíduo enquanto parte dessa sociedade, compartilha sua cultura, mantendo-se em constante construção identitária. Uma vez que como ser social necessita se comunicar com o outro, e essa comunicação compartilha sua visão de mundo, sentimentos, experiências...

As mudanças e transformações globais nas estruturas políticas econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas. Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstruem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza e um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza. As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem. As identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo - num mundo que se pode chamar de pós-colonial (Woodward, 2012, p. 25)

Por analogia, argumenta-se que as identidades nas sociedades modernas não são fixas, uma vez que as transformações globais realizam grandes mudanças nas estruturas de classe, o que ocasionará novas formas de organização político-organizativas não apenas global, mas local. Em Abaetetuba com a chegada do “progresso” através da produção industrial não ficamos distantes dessas transformações.

Araújo e Cruz (2024) apontam que sem dúvida o processo de colonização, contribuiu dentro de uma velocidade arrepiante com o “descanso” de línguas, culturas, tradições e costumes, que só podemos conhecer através da sua tradição oral, suas lendas e mitos.

A presente conceituação nos ajuda a destacar, a mudança de realidade identitária cultural realizada no município de Abaetetuba/PA com a implantação do Projeto Albras/Alunorte, uma vez que a relação homem e natureza sempre foi uma das marcas milenares do povo amazônida. De repente esse mesmo homem se vê

rompendo com seu habitus e se entrevê em uma moldagem proporcionada pelos métodos alienantes do capital.

Hall (2003) assinala que “as mudanças no equilíbrio e nas relações das forças sociais ao longo dessa história se revelam, frequentemente, nas lutas em torno da cultura, tradições e formas de vida das classes populares”.

No que tange a apreciação acima descrita, evidenciamos a luta e resistência das comunidades ribeirinhas e dos artesãos de brinquedos de miriti em Abaetetuba, que mesmo com a expansão do capitalismo através do Complexo Industrial Albras/Alunorte, reinventaram suas formas de vivência e permanência de seus costumes, atribuindo novos meios de expansão de seus trabalhos. O caboclo ribeirinho viu através da exportação do açaí um meio para preservar o extrativismo e sua forma de subsistência; já o artesão inovou as criações de suas peças, além do tradicionalismo representado nos brinquedos através dos bichos da Amazônia; e os meios de transporte utilizado pelo caboclo, ele recria em suas peças o modernismo através dos aviões, motos, carros, entre outros.

Destaca Verás (2000):

Os padrões tradicionais de desenvolvimento se veem alterados em função da abertura comercial ao mercado mundial, da realocização da nova indústria, do papel fundamental das novas tecnologias de comunicação e de uma nova cultura planetária (Verás, 2000, p. 20).

Isso faz argumentarmos que este novo estágio capitalista difundido pela globalização, levará a uma unificação e padronização de uma cultura engessada, propagandeada e publicizada pelas ideias hegemônicas ideológicas disponibilizadas ressaltando que o que “vem de fora” é melhor.

3 CIDADES

“e a cidade ia tomando a forma que o olhar revelava”
(Clarice Lispector)

Neste capítulo, refletimos sobre a cidade não só como espaço geográfico, mas como espaço de relações sociais, econômicas, culturais, religiosas; enfim uma superfície permeada de contradições e antagonismos. Portanto, a cidade possui uma “metodologia abrangente: captar a totalidade, aparência e essência, desde as estruturas da produção material da vida até as formas culturais e ideológicas que as reproduzem” (Verás, 2000, p. 45).

Assim, entendemos que a análise sobre a cidade, deve passar por uma amplitude crítica sobre sua dimensão, seja ela teórica ou prática. Nesse viés, devemos observar de forma abrangente a necessidade de uma produção de conhecimento que dê conta de suprir essa carência espaço-social relativa à cidade. Sob essa ótica, Carlos (2007, p. 19) descreve: “Esse acúmulo de conhecimento nos apresenta a cidade como obra da civilização, bem como lugar de possibilidades, sempre ampliadas para realização da vida humana”.

Contudo não podemos deixar de argumentar que é um desafio esclarecer a realidade urbana, mesmo que teoricamente, afinal a cidade ora se apresenta como reprodutora da ideologia burguesa estimulando a relação meio de produção e consumo, ora esse mesmo espaço urbano aponta a predominância do Estado, o qual, ao mesmo tempo que realiza a coerção através de forças políticas, também operam políticas públicas com intuito de “reduzir” as sequelas deixadas pela luta de classes.

Todavia, é importante destacar, que a realidade urbana é complexa, afinal ela precedeu do capitalismo, e com isso um debate teórico metodológico se expande em relação a realidade urbana, empreendendo assim não somente o acúmulo de conhecimento, mas inúmeras possibilidades de ampliação de perspectivas para uma melhor realização da vida humana.

Cruz (2011, p. 75) destaca, que “a cidade é plural existindo singularmente na imaginação e nas recordações daqueles que a habitam ou frequentam”. Em virtude disso, podemos compreender que a cidade é mais que um espaço geográfico, ela também se manifesta através dos diferentes universos simbólicos: cultura, religião, arquitetura, etc. Dessa forma é conveniente destacar que: “a cidade, essa *coisa* *passional*, é assim tratada, como objeto pluridimensional e plurifactual, conjunto de

territórios de relações sociais, interrelacionados, apropriados e localizados socialmente” (Baptista, 2003, p.35). Em suma, o autor leva-nos a compreender a importância do processo de territorialidade, uma vez que a cidade é um lugar físico e esses lugares dão forma a mesma, configurando-a e reconfigurando a partir da realidade vivida por seus habitantes de acordo com as transformações sociais.

Desta forma, a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (Lefebvre, 2011, p. 52)

Sob essa perspectiva, compreende-se cidade como local de transformação da vida cotidiana, uma vez que de acordo com o tempo presente, a realidade exposta/imposta influencia no processo de modificação do cotidiano dos sujeitos que nela vivem/convivem. Cruz (2011) convida a “observar outras definições de cidade-assentada em critérios econômicos, defende que esta é o resultado do desenvolvimento industrial e da concentração capitalista”.

Diante da colocação acima podemos dizer que a cidade apresenta condições de produção social que se evidenciam em uma manifestação segregacional como a precarização ou até mesmo a falta de serviços essenciais como água, rede de energia elétrica, coleta seletiva de lixo, falta de habitabilidade, principalmente nos territórios periféricos e assim reafirmando as disparidades socioeconômicas.

Assim,

A cidade permite uma maior racionalização da vida social, assim como, uma organização mais eficaz da reprodução da força de trabalho, em virtude da concentração e do consumo massivo. Porém, esta concepção não inclui aspectos ideológicos, a experiência cotidiana da habitação ou as representações dos habitantes. (Cancline, 1999 *apud* Cruz, 2011, p. 74)

Diante desse cenário, enseja-se a contribuição de Harvey (2008) ao pensar “o papel das cidades, sua estruturação a partir de rearranjos, espaços-temporais e a acumulação do capital”. Park (1967, p.3), salienta que se “a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde é conseqüentemente condenado a viver”. Harvey (2008) concebe “o direito a cidade como direito humano, contudo ele enfatiza que vivemos em um mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito”.

No dizer de Harvey:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (Harvey, 2008, p. 74)

Tal ponderação leva-nos a refletir que a cidade consegue expressar tudo, menos direitos humanos, equidade e igualdade, uma vez que o capital a moldou de acordo com seus interesses. Verás (2018) mostra que “a cidade se transformou em um aglomerado de pessoas, casas, estabelecimentos comerciais e industriais, um sistema viário e de infraestrutura, de transporte, saneamento, enfim, um ambiente artificial construído”.

Cumprir frisar que, a sociedade tornou-se cada vez mais urbanística e industrializada, que o direito à moradia, ao território, aos bens coletivos (serviços públicos: água, energia, mobilidade urbana) tornou-se mercadoria, as relações sociais tornaram-se líquidas, o Estado por sua vez tornou-se decisivo em sua posição ao prover condições de produção mais acessíveis aos capitalistas, realizando assim a luta pelo espaço por melhores condições de acessibilidade e melhores localizações habitacionais. Enfim, o processo de gentrificação torna-se mais visível e real, realizando uma divisão entre privilegiados e aqueles excluídos pela pobreza.

Verás aponta:

A cidade só pode ser entendida como um dos produtos e produtora das atividades dos homens na obtenção das condições necessárias à vida. É dentro do modo de produção que a cidade se explica (Verás, 2000, p. 46)

Mediante os fatos expostos, a cidade manifesta-se através da divisão social do trabalho moldado pelo modo de produção capitalista, gerando assim, um conflito social entre os mais diversos estratos sociais.

Marx patenteia:

Assim, a potência social torna-se potência privada da pessoa privada. A sociedade antiga o denuncia, por isso, como a moeda da discórdia de sua ordem econômica e moral. A sociedade moderna, que já na sua infância arrancou Pluto das entranhas da terra pelos cabelos, saúda no Graal de ouro a encarnação resplandecente de seu princípio vital mais próximo (Marx, 2023, p. 206)

A rigor, evidencia-se que por meio da cidade, o capitalismo vem realizando um movimento social, concentrado em seus meios de produção acirrando as desigualdades estruturais, sociais e territoriais.

Sendo assim, este capítulo nos convida a analisar a cidade dentro de seus componentes sociais: metropolização urbana, processo de industrialização, globalização, contraste social, violência urbana, direito ao território e identidade de lugar.

3.1 A cidade como espaço teórico, prático e sócio espacial.

Em primeiro lugar, a compreensão da cidade na perspectiva Geográfica nos coloca diante de sua dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material – a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa (Carlos, 2007, p.20).

Sendo assim, discorreremos nesse primeiro momento sobre a cidade a partir das expressões e significações da vida humana permeada doravante pelas relações sociais de seus cidadãos dentro da perspectiva espaço-tempo. Desse modo, procuramos demonstrar as contradições societárias na produção e reprodução do processo em movimento.

Salienta Carlos:

Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social-produzindo um espaço -ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade (Carlos, 2007, p. 21).

Nesta perspectiva, podemos colocar a relação homem - natureza e todo o seu processo de transformação ao longo do tempo. A historiografia nos revela a compreensão dessa dinâmica e a maneira pela qual se define essa relação, nomeadamente o modo de produção e a maneira como as relações sociais se produzem e reproduzem com o processo de produção, uma vez que essas relações são atravessadas e articuladas pela economia, pela política e pelo social.

Cruz (2011) destaca que

o espaço é, não apenas um suporte físico e social, mas também um código cultural, é pelo conceito de territorialidade que se opera o suporte físico. Já o suporte social onde o indivíduo se coloca face ao outro, tendo em vista a vida

em comunidade a organização de suas múltiplas atividades (Cruz, 2011, p. 22)

Então pensar o processo de urbanização dentro dessas perspectivas é cogitar essa extensão urbanizada dentro de um processo permeado de contradições, constâncias e resistências. É afirmar-se e reafirmar-se enquanto referencial de vida, em um caminho permanente do processo de modernização, ou seja, é refletir o processo de expansão do capitalismo e suas manifestações no amago da tríade de relações (social, política e econômica) na cidade.

Enfim, o espaço é um conjunto de formas do presente e do passado um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual, com evolução diferente (Verás, 2000).

Podemos considerar a naturalidade dessas manifestações com a chegada do processo industrial, onde a incidência rural torna-se cada vez mais urbana, desenvolvendo a cidade através de um crescimento abrupto, complexo, sem infraestrutura básica, apresentando e reformulando os bolsões de pobreza.

A cidade em si, como relação social e como materialidade torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato de modelo sócio econômico vigente, mas, também do modelo espacial (Santos, 1993, p. 10).

Nesta perspectiva, o processo de urbanização torna-se cada vez mais revelador do desenho urbano, designado pelo modo de produção capitalista e seus desdobramentos significativos, corporiza a cidade como um produto mercantil, de valor e troca e de uso fundamentando a segregação sócio espacial, caracterizada sob a égide da desigualdade social.

De acordo com Cavalcante e Araújo (2017):

As desigualdades sociais resultam em segregação sócio espacial e são reforçadas por ela. Essas áreas segregadas existentes nas cidades são causadas pela constante fragmentação dos espaços pela interferência do capital e dos agentes que compõe (imobiliário, social, político). Nesse sentido, a produção do espaço, entendido como materialização das relações sociais, dá origem a diferentes lugares. (Cavalcante; Araújo, 2017, p. 142).

Dessa forma, compreende-se que a cidade concentre diferentes espaços; o espaço urbano revela-se dicotômico, uma vez que apresenta uma parcela bem expressiva de sujeitos residindo nas periferias e uma outra parcela valorativa residindo em condomínios de luxo ou em áreas nobres da cidade. Portanto Cavalcante e Araújo, (2017, p.142), afirmam: “a segregação sócio espacial é a expressão geográfica das

desigualdades sociais”. Visto que a cidade realiza um apartheid em sua divisão territorial, onde de um lado temos uma concentração da riqueza socialmente produzida e do outro a pobreza, a violência, falta de infraestrutura básica, tráfico de drogas... o que nos leva a entender que a dinâmica capitalista urbana realiza a produção organizacional da produção social do trabalho, conquanto promove a dignidade ou indignidade social

Portanto, o espaço é o efeito concreto das articulações das múltiplas relações e práticas da esfera econômico-social (Verás, 2000), o que nos faz compreender que os pobres continuam a morar nas periferias, ficando apartados de oportunidades e direitos sociais como lazer, educação, saúde, assistência social, etc. Sendo assim, significa dizer que essa condição de moradia cria oportunidades desfavoráveis para os que nelas habitam e estejam sujeitos a malefícios que a cidade proporciona.

Para Harvey (1982):

Os conflitos que se concentram sobre o ambiente construído exibem certas características peculiares porque o poder monopolístico, conferidos pelos arranjos da propriedade privada, gera não apenas o poder de se apropriar da renda, mas também confere aos proprietários o controle de um “monopólio natural” no espaço (Harvey, 1982, p. 9).

Nesse sentido, identifica-se como consequência desses conflitos, uma cidade desigual e opressora, moldada pelos meios de produção capitalista, “destacando as condições de produção social da paisagem que evidenciam as manifestações da segregação socioespacial, expressas nas configurações resultantes das ações do Estado e derivados da produção social do espaço” (Reschilian, 2018, p. 41).

Logo, abarca-se que o espaço é a expressão da estrutura social, estrutura essa formada pelo conjunto de interesses privados frente ao interesse do social.

3.2 Urbanização e Industrialização

Segundo o Decreto nº 2.637 de 25 de junho de 1998 que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPi em seu Artigo 4º: “Caracteriza Industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoamento para consumo [...]”.

Por conseguinte, a urbanização é o processo de transformação de uma sociedade, região ou território de rural para urbano, ou seja, não representa somente

o crescimento da população das cidades, mas o aumento dessa em relação aos habitantes do campo (Pena, 2024).

Sendo assim, não há como falar do processo de urbanização sem antes realizarmos um diálogo acerca da atuação que a industrialização promoveu.

Lefebvre (2011, p. 11) conceitua que “o processo de industrialização, foi o motor das transformações na sociedade, o autor contextualiza que para se expor a “problemática urbana” deve-se ter como ponto a compreensão mediante as questões referentes a cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana”. Este ainda destaca que “o processo de industrialização pode ser distinguido de duas maneiras: como processo indutor e como processo induzido, uma vez que o processo de industrialização estimula e dá ênfase a ação do êxodo rural e com isso a execução de um desenvolvimento desordenado causando relativos problemas de infraestrutura, falta de políticas públicas efetivas sejam elas educacionais, culturais, de saúde, etc...” O que leva Lefebvre (2011) a caracterizar como sociedade urbana esta realidade social. Ainda sobre os manuscritos de Lefebvre, o autor conclui que a Cidade é anterior à industrialização.

O capitalismo influência diretamente a urbanização, quando se vê o principal uso da cidade, isto é, de seus espaços públicos, edifícios e dos monumentos, ou seja, quando a obra se tem como valor de uso e valor de troca.

...a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordina-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização de uso. (Lefebvre, 2011, p.14)

Clenes, Cardoso e Dourado (2010, p. 574) ressaltam que o “processo urbano é resultado da industrialização que atinge tanto as áreas urbanas quanto rurais, pois grande parte da população brasileira ainda exerce atividade primária”.

Nesse contexto, podemos inferir que as atividades rurais estão cada vez mais ligadas às áreas industriais através do agronegócio e do turismo ambiental, recriando espaços e relações entre a cidade e o campo. Nesse sentido, é preciso compreender o rural e o urbano como espaços que se integram, não como divergentes. Sendo assim, a cidade deve ser compreendida como um espaço em constante transformação, não só territorial, mas política, econômica e social. Portanto, a urbanização é um fenômeno que atinge toda sociedade, realizando disparidade na distribuição da população. Além disso, Sposito (1988, p. 42) argumenta que: “entender

a urbanização a partir do desenvolvimento industrial é procurar entender o próprio desenvolvimento do capitalismo”.

Segundo o Censo 2022 (IBGE, 2024), a população estimada no Brasil é de 203.080.756 habitantes. A pesquisa censitária também mostrou que a população é mais urbanizada do que há 10 (dez) anos; 124.000.000 (61%) pessoas vivem na zona urbana, já na zona rural temos um percentual de 78.980.756 (39%) pessoas.

Sob essa perspectiva, Sposito (1988, p. 50) aponta que a expressão da urbanização via industrialização não deve ser só definida pelo elevado número de pessoas que passaram a viver nas cidades, mas sobretudo pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e suas fortes transformações nos moldes de urbanização.

Diante desse cenário podemos inferir que a população brasileira cresceu não apenas em número de habitantes, mas também em tamanho territorial, uma vez que no ano de 2010, a área territorial brasileira era de 8.515.767.049 km² e no ano de 2022 a área territorial brasileira passou a 8.510.417.771 Km² (IBGE, 2024).

O espaço urbano é o local onde as classes sociais vivem e se reproduzem, relações complexas, numa sociedade de classes distintas e com direitos à cidadania plena e igual, porém o acesso é diferenciado, pois depende do poder aquisitivo de cada um. A cidade pode ser expressa como construção humana, como produto histórico-social, a cidade aparece como trabalho, materializado, resultado do acúmulo ao longo do tempo, produto da construção histórica humana. (Clenes; Cardoso; Dourado, 2010, p. 575).

Deste modo podemos afirmar que a cidade com o processo de industrialização, obteve um crescimento demográfico desordenado em grande parte do país e, em particular em Abaetetuba, resultando em um processo de aglomeração urbana. Como reflexo das atividades geradoras de emprego e renda, o impacto financeiro proferido por essas mudanças é também a causa do fenômeno da gentrificação.

Em suma, podemos dizer que a cidade se expressa como construção humana, mas também é o espaço onde se consubstanciam os diferentes interesses, seja através das ações do Estado, seja do capital ou dos sujeitos que nela habitam pelo direito a cidade.

3.3 O Direito à Cidade

Para realizarmos uma reflexão teórica sobre o “Direito à Cidade”, é impossível não considerarmos a influência do sistema capitalista sobre a mesma. Afinal, vivemos em um mundo cada vez mais urbano, de relações complexas fortemente originadas a partir da relação antagônica entre capital e trabalho, que ao longo das últimas

décadas, principalmente pós-consolidação do neoliberalismo e da expansão de multinacionais, tem influenciado profundamente o processo das transformações do espaço urbano e por conseguinte uma desagregação socioterritorial.

O capitalismo tem uma necessidade contínua e permanente na busca de terreno lucrativo para produção e captação de excedente de produção. Para isso, os capitalistas buscam sempre descobrir novos meios de produção, absorver matéria-prima e assim, realizar seus objetivos frequentes de empreendimentos monopolistas.

Marx (2023) em sua obra-prima denominada de “O Capital” anuncia que “a mercadoria tem dois fatores: o valor de uso e o valor de troca e que a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar”. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria (Marx, 2023, p. 113).

Sendo assim, poder-se-ia relacionar a cidade como “mercadoria” e os sujeitos que nela habitam à “coleção dessa mercadoria” e a mercadoria individual às necessidades desses sujeitos. Diante de tal contexto, realizaremos uma reflexão teórica sobre o direito à cidade, através das incontáveis pautas que se estendem, desde as questões urbanas até às rurais, assim como as necessidades humanas (social, econômica, política, cultural, etc.), à questão do clima e à articulação dos movimentos sociais na mobilização política pelo direito à cidade.

Lefebvre (2011, p. 105) relata que “o ser humano possui diversas necessidades, sejam elas sociais, coletivas, individuais de previsibilidade e de imprevistos, de segurança, assim como a de isolamento e de encontro”. Em seus manuscritos, ele retrata essas necessidades como uma atividade criadora de obra, ou seja, elas são fundamentais para a realização de atos e conhecimentos a definição ou redefinição das funções e estrutura das cidades.

O ser humano tem a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo desperdiçá-las no jogo. Tem a necessidade de ver, ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo”. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em considerações pelos urbanistas. (Lefebvre, 2011, p. 105).

Harvey (2014) considera o direito à cidade como um direito coletivo, isto é, um direito reclamado pelos movimentos sociais. Este autor argumenta que o direito à

cidade é um dos direitos humanos mais preciosos, sendo também o mais menosprezado.

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe. (Harvey, 2014, p. 30).

De fato, o processo de urbanização e o desenvolvimento capitalista criaram e recriaram as cidades a partir da industrialização fabril e as crescentes ofertas de empregos realizadas pela mesma. Diante de tal relação, podemos considerar que o capitalismo alterou tudo à sua volta, tecendo uma nova rede de relações sociais e um novo ritmo de vida e de trabalho. Devido a seu modo de produção antagônico, o capitalismo traz consigo a marca da desigualdade social, a produção privada de bens, constituindo assim uma concentração de renda desigual entre a população, a exploração da força de trabalho, realizando uma acentuada diferenciação de classes sociais.

A compreensão de tais contradições é fundamental para o entendimento das significativas transformações na estrutura da sociedade, uma vez que o capitalismo preza apenas pelo conjunto de valores de uso da mais-valia para obtenção de seu lucro e assim acumular toda riqueza social.

Boulos (2012) em seu livro “Porque Ocupamos”, destina o 2º capítulo para realizar uma reflexão crítica acerca da cidade erguida sobre a égide hegemônica do capital. Este autor retrata que “as chamadas metrópoles no Brasil e em outras partes do mundo tornaram-se símbolos do desenvolvimento caótico e da desigualdade social” (Boulos, 2012, p. 24). Podemos considerar que toda essa desarmonia, está alicerçada no crescimento populacional sem limites, que transformou as cidades em um amontoado de habitantes.

Com todo esse crescimento populacional, a burguesia desenvolveu grandes negócios milionários, sendo um deles, a especulação imobiliária. “As cidades são um grande negócio para os capitalistas. Sem pensar em quem está no caminho, a burguesia investe e lucra com o espaço de vida de 85% dos brasileiros” (Boulos, 2012, p.30).

De acordo com Harvey:

Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades mutadas e de espaços públicos mantidos, sob vigilância constante. A proteção neoliberal aos direitos de propriedade privada e seus valores torna-se uma forma hegemônica de política, mesmo para a classe média baixa. (Harvey, 2014, p.48).

Nessas condições, cabe enfatizar, que o direito à cidade também está relacionado ao direito de pertença dos sujeitos que nela habitam, suas formas de relações sociais, políticas..., ou seja, o direito em ter direitos. O direito à cidadania é primordial, uma vez que o indivíduo desprovido de cidadania é um sujeito privado de suas necessidades básicas (moradia, saúde, educação, alimentação). É importante destacar que esses serviços são oferecidos através de políticas sociais que visem diretrizes que venham conduzir o enfrentamento à emergente problemática urbana. Paralelamente, Lefebvre (2011, p. 106) destaca que “a cidade, enquanto realidade acabada, se decompõe. O conhecimento tem diante de si, a fim de decupá-la e recompô-la a partir de fragmentos, a cidade histórica já modificada”.

Diante desse cenário, ousa-se dizer que a cidade enquanto formação histórica não existe mais, ela se decompõe a partir do projeto neoliberal liderado pela sociedade de consumo, constituída após o processo de industrialização. Isto leva Lefebvre (2011) a concluir:

... assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não existe mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o esteticismo, ávidos do espetáculo e do pitoresco (Lefebvre, 2011, p. 106)

Nessa perspectiva, entendemos que a cidade é um elemento fundamental de produção e com isso transforma-se em instrumento político controlador que realiza lentamente uma orientação ideológica que vai além das problemáticas enumeradas pela produção fabril. Como salienta Lefebvre:

...A nostalgia se atenua e nós voltamos cada vez menos a fim de rever sua forma estendida no meio da estrada. Era a ideologia liberal. Ele se inclinava sobre o povo, sobre os sofrimentos humanos. Recobria, assentava a retórica das almas caridosas, dos grandes sentimentos, das boas consciências... (Lefebvre, 2011, p. 108)

Consequentemente, devemos considerar que o capitalismo neoliberal possui uma intrínseca relação com a formação e o direito à cidade, uma vez que o mesmo estabelece/restabelece novas formas de convivências à vida social dos indivíduos e

com isso, cria condições necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade baseada na indústria do consumo e da mais-valia.

Segundo Harvey:

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso na economia do espetáculo, tornaram aspectos fundamentais da economia política urbana [...] (Harvey, 2014, p. 46).

Portanto, entende-se que o estilo de vida urbana discernido pelo capitalismo segue uma tendência pulsante e sobretudo de apropriação, não somente dos espaços públicos, mas também das pessoas que o frequentam. Desta forma, cogitamos a cidade contemporânea como um conjunto de elementos ditados pelo mercado e por grandes projetos urbanísticos e arquitetônicos desenvolvidos pelo grande capital, através da especulação imobiliária em consonância com o Estado.

Vivemos cada dia mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. O modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende de que lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso. (Harvey, 2014, p. 47).

Nos últimos anos, a burguesia recuperou o seu poder de classe privilegiada e por conseguinte, o aumento do processo de segregação e gentrificação da classe trabalhadora, e com isso uma inextinguível negação de direitos.

No dizer de Harvey:

[...] está se dividindo em partes distintas, com a formação aparente de muitos "microestados". Os bairros ricos, que contam com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de tênis e patrulha de policiamento privado ininterrupta nas ruas, veem-se cercados por assentamentos ilegais onde a água só é disponível nas fontes públicas, não há serviços básicos de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se transformam em lamaçais sempre que chove, e onde o compartilhamento de uma mesma casa por várias famílias é a norma. Cada segmento parece viver e funcionar autonomamente, agarrando-se com todas as forças ao que conseguiu para si na luta cotidiana pela sobrevivência. (Harvey, 2014, p. 48-49).

Nessas condições, podemos dizer que o direito à cidade é um direito fundamental, contudo ameaçado pela lógica capitalista neoliberal e seu sistema excludente e privado, constituindo um mundo urbano reprodutor de violência, degradação do meio ambiente, melhor dizendo, promovendo um modo de vida insalubre e com poucas oportunidades para os mais pobres.

Nesse sentido:

A reflexão urbanística propõe o estabelecimento ou reconstituição de unidades sociais (localizadas) fortemente originais, particularizadas e centralizadas, cujas ligações e tensões restabeleceriam uma unidade urbana dotada de uma ordem interna complexa, não sem estrutura, mas com uma estrutura flexível e uma hierárquica. (Lefebvre, 2011, p.112).

Sendo assim, faz-se necessário realizar uma reflexão através do conhecimento científico e sociológico afim de que se possa buscar alternativas para um processo de reconstituição do urbano. O conhecimento científico visa propor “modelos” para essa reconstituição. Lefebvre (2011, p. 112-113) comenta que: “Esta não pode deixar de levar em conta, de um lado, as estratégias existentes e por outro lado, os conhecimentos adquiridos: ciência da cidade, conhecimento que tende para planificação do crescimento e para o domínio do desenvolvimento”.

Dessa maneira, podemos descrever que para que se tenha um processo de “reconstituição” da cidade, precisamos pensar e agir de forma coletiva, não individualizada, uma vez que a cidade e os equipamentos públicos que dela fazem parte devam abranger desde a zona urbana até ao rural, proporcionando bem-estar desde a criança até ao idoso.

Em linhas gerais, precisamos realizar a discussão sobre as cidades e seus espaços públicos de forma segura e democrática, uma vez que esses espaços estão sendo cada vez mais substituídos por estradas, ruas e avenidas, fazendo com que se tenha mudanças comportamentais baseadas em receios e assim gerando barreiras de integração entre os sujeitos.

Os espaços públicos têm uma grande importância no desenvolvimento socioeconômico das cidades, uma vez que eles vão além da proporcionalidade da mobilidade urbana. Esses espaços são lugares de interações sejam elas coletivos ou não.

Sgarbossa (2022, p. 13) atenta para a complexidade de demandar políticas públicas, num processo de contínua construção social. Assim, atreve-se a argumentar que essa complexidade se dá na maioria das vezes pelo não cumprimento de legislações específicas sobre as cidades, por o Estado não conseguir realizar um planejamento e um maior controle do processo desordenado de crescimento das cidades.

Considera-se então que “políticas que, uma vez implementadas, acabam por gerar novos problemas, que por sua vez passam a ser percebidos como novas

questões públicas de possível solução, exigindo novas e/ou aperfeiçoadas ações do poder público” (Sgarbossa, 2022, p. 13-14).

Nesta linha de entendimento, partimos do artigo 182 da Constituição Federal de 1988 que trata do desenvolvimento urbano, e esse desenvolvimento deve abranger, segundo o texto constitucional, as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Nesse sentido, a Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades, em seu artigo 2º, ressalta que a política urbana tem como objetivos ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades. Diante desse cenário, entendemos que os legisladores de ambas as leis não deixam claro o convívio e a interação social em ambos os textos legislativos.

Destarte isso, o Plano Diretor do município de Abaetetuba/PA, segue a linha das legislações acima citadas, mesmo que o artigo 1º traga em seu bojo a qualidade de vida dos habitantes e usuários do município. O capítulo 1º trata sobre os espaços de lazer e o artigo 4º afirma que a função social da cidade é o direito de todos os cidadãos de usufruírem dos espaços, bens e equipamentos públicos existentes no município. Contudo ainda falta muito para que possamos registrar esse direito de cidadania, principalmente em bairros mais afastados do centro da cidade e na zona rural.

O que queremos demonstrar é que os espaços públicos de convivência social são direitos fundamentais dos cidadãos seja na zona urbana ou na zona rural. A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem a necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante (Lefebvre, 2011). Somente com essa integração se poderá realizar o anilamento promovido de segregação, perpetuado pelo capital hegemônico sobre a classe trabalhadora. “Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas sem ela nada é possível”. (Lefebvre, 2011, p.113). Uma vez que a vida cotidiana é a característica do processo de reprodução social que se processa a partir do sujeito, sendo essa essencial na vida de homens e mulheres. No dizer de Lefebvre:

Num período em que ideólogos discorrem abundantemente sobre as estruturas, a desestruturação da cidade manifesta a profundidade dos fenômenos de desintegração (social, cultural). Esta sociedade, considerada globalmente, descobre que é lacunar. (Lefebvre, 2011, p. 115).

Sabemos que a omissão não é um processo do acaso. Esse feito é fundamental para promover o vazio social e ações estruturantes da sociedade civil frente à

construção e implementação de políticas sociais públicas que visem efeitos sociais visíveis e transformadores para a população proletária.

Diante dessa lógica imbricada pelo sistema capitalista, Harvey aponta:

Na verdade, a burguesia só tem um método para resolver a seu próprio modo o problema da moradia - isto é, resolvê-lo de modo que a solução recoloca eternamente os mesmos problemas a cada nova tentativa. Esse método é chamado de "Hausmann" [denominação com a qual] me refiro à prática que atualmente se difundiu muito e consiste em abrir brechas nos bairros operários da classe operária de nossas grandes cidades e, particularmente, em áreas centrais, sem nada que justifique se isso é ou não feito por razões de saúde pública, pelo embelezamento da cidade, pela procura por grandes edifícios comerciais situados no centro ou, devido às exigências do tráfego, do assentamento de dormentes de estradas de ferro, da ampliação das ruas (o que às vezes parece ter o objetivo de dificultar as lutas em barricadas) [...] Por mais diferentes que sejam os motivos, o resultado será sempre o mesmo; os becos imundos desaparecem, para a grande alegria da burguesia, que se autocongratula por ter contribuído para o enorme sucesso das transformações, mas tudo reaparece imediatamente em outro lugar qualquer [...] Os focos das doenças, os buracos e porões infames em que o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são erradicados; são simplesmente transferidos para outro lugar! A mesma necessidade econômica que os produziu nas vezes anteriores, volta a produzi-los em outros lugares. (Harvey, 2014, p. 50-51).

Diante de tal colocação, torna-se evidente através do processo de desapropriação e apropriação do espaço urbano um modelo de cidade desigual e opressor. Através da gentrificação, promovida pelo setor imobiliário, funda-se a segregação moldando a cidade de acordo com os interesses capitalistas.

Em suma, conclui-se que o direito à cidade não se restringe ao direito à moradia. Este vai além desta perspectiva, abrangendo políticas sociais que organizem um sistema de proteção social aos cidadãos que nela habitam.

3.4 A violência no cotidiano das periferias

“... uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável, e só será virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo.”
(Milena Chauí)

Para compreendermos melhor o processo da violência urbana e por consequência a formação de grupos juvenis ligados à formação de grupos organizados em gangues, não podemos deixar de passar pelo processo de exploração que o modo de produção capitalista desenfreou desde o seu acirramento a partir da primeira Revolução Industrial. Com a expansão das indústrias nos centros urbanos, as famílias oriundas do campo tendem a migrar para as cidades em busca de emprego e com isso assistimos à formação das vilas operárias.

Lugar onde essas famílias passaram a habitar de forma precária, pois as mesmas oferecem poucos meios infraestruturais para os sujeitos que nelas residem. Cabe frisar que essas casas eram “oferecidas” pelas empresas aos empregados e os mesmos pagavam com parte de seu salário (Boulos, 2012).

Marx e Engels (2007, p. 52-53) descrevem que “a cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades [...]. Nas cidades, a demanda por trabalho diariamente remunerado originou a plebe”.

Desse modo, pressupõem-se que diante de tais dificuldades originadas pela acumulação capitalista, a desigualdade urbana é produto da desigual distribuição de trabalho e renda.

Assim, desprovidos de recursos e auxílios financeiros, essa camada societária acaba realizando de forma nada intencional a expansão desenfreada do tecido urbano e dessa maneira, realiza a ocupação de áreas mais afastadas da cidade constituindo as favelas ou bairros periféricos.

Diante desse cenário temos uma parcela societária em expansão, que será vista dentro da sociedade capitalista como uma “minoría”. Esta se caracterizará a partir de suas relações e formas de sociabilidade, que mais que a ausência de renda irá caracterizá-las pela ausência de condições dignas de desenvolvimento, assim como pela discriminação e sofrimentos relativos a preconceitos, racismo, exclusão e segregação social.

No dizer de Koga:

A tradicional visão genérica da pobreza, alia-se a outro legado da sociedade brasileira que pouco tem se importado na sua história com a questão territorial, o chão das relações entre homens, onde se concretizam as particularidades, as diferenças e desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais (Koga, 2011, p. 19).

Sendo assim, realizaremos uma breve abordagem sobre o território, uma vez que, este é considerado o lugar onde a vida cotidiana acontece ou o espaço que agrega elementos de sociabilidades, desde as situações de vulnerabilidade econômica e social até às grandes potencialidades particularizadas em cada sujeito que ali vive. É um espaço em que podemos considerar o chão da cidadania, uma vez que, segundo o Dicionário Online de Português (2024) cidadania significa: 1- qualidade ou condição de cidadão; 2- Direito: condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política.

É no território que as desigualdades sociais se tornam evidentes. É nesse espaço que as condições de vida entre os cidadãos de uma mesma cidade se destacam em sua diferenciação, uma vez que há locais onde a presença do Estado através de serviços públicos se faz presente e há locais que esses mesmos serviços estão ausentes, o que nos faz refletir sobre a violação dos direitos fundamentais ressaltados na Declaração Universal dos Direitos Humanos-DUDH como: o morar, o estudar, o participar, o de transitar ou de divertir-se.

É prudente destacarmos que no território, há regras de convivência estabelecidas e consagradas. O enredo que conduz esse cotidiano pode revelar um mundo desconhecido, restrito e desprovido da responsabilidade do Estado, causando um contexto de fortes desigualdades sociais, e assim a redução da cidadania. É pertinente dizer que esses indivíduos que residem nesses territórios segregados sofrem com a questão do preconceito e da discriminação. Segundo Silva:

Os moradores da periferia são marginalizados e relacionados a criminalidade, a atitude incorreta de alguns é tomada como se fosse a ação geral, o que não ocorre com a população de altas rendas. Muitos desses empregadores evitam contratar moradores desta região por acreditar que não são honestos (Silva, 2007, p. 9).

De fato, se formos realizar uma vinculação às periferias somente a partir da exposição midiática, esse território será apenas constituído como fonte de violência, tráfico de drogas, entre outros. Todavia, entende-se essa possível ligação uma vez que não se tem aproximação com a realidade dos territórios periféricos.

Diante da presente colocação, ousamos parafrasear Bourdieu (2008, p. 159) quando aponta que "... tudo leva a pensar que o essencial do que se vive e se vê no campo, isto é, as evidências as mais impressionantes e as experiências as mais dramáticas, encontra-se seus princípios completamente em outro lugar".

Cumprir frisar que o autor se refere às múltiplas fontes de poder exercida pela sociedade capitalista, neste interim Bourdieu (2008) afere que o capital exerce influência sob os mais diversos grupos societários, sejam eles no campo econômico, social, cultural e simbólico.

Esses blocos de poder formados pelo capital realizam sua concessão de posse através do Estado, no momento em que este realiza a sua omissão perante as precarizações das políticas públicas sociais ou até mesmo quando não as realiza.

Sendo assim, empreendemos que esses territórios estilizados pela falta de investimentos do Estado, ocupam uma posição apropriada por uma estrutura

excludente, complexa, conflituosa, tornando-se um espaço físico negativo e assim realizando um espaço de oposições sociais.

Bourdieu (2008, p. 165) evidencia que “pode-se ocupar um lugar fisicamente um habitat sem habitá-lo e que o habitat contribui para fazer o hábito”.

De certo, o autor realiza muito bem a sua observação levando-nos ao entendimento da colocação de Herbert Asbury (2002, p. 11) quando relaciona a formação de grupos juvenis organizados em gangues ao meio em que estavam socializados: “[...] histórias de vida, de vício, pobreza e corrupção política, a fim de torná-lo compreensível”.

Por sua vez, há outras questões que se tornam imprescindíveis e que também se constituem em ato violador para esses indivíduos, como por exemplo: a carência de políticas educacionais, culturais, esportivas e de lazer.

Dessa forma, esses mecanismos de exclusões transformam-se nas primeiras práticas de violência a essa classe social traduzida na modernidade como Classe “C” ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Partindo desse princípio, compreende-se que por falta de perspectivas de um futuro, alguns rebelam-se e têm como caminho a criminalidade por acreditarem que através da mesma conseguem melhorar suas condições de vida, outros por possuírem baixa ou nenhuma escolaridade, empregos precários, falta de moradia etc., se veem diante de um dilema pessoal e social e acabam tendo como fuga as drogas. Sob esse viés, Milena Chauí (2017), frisa que:

A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior ou exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural, isto é, de ausência de direitos (Chauí, 2017, p. 41).

Portanto, a violência é um fenômeno social que pode ser analisada e argumentada conforme o seu objetivo e o grupo social que a comete, uma vez que a mesma se caracteriza de acordo com as relações sociais, melhor, ela ocorre assumindo formas específicas de acordo com o momento histórico em que se apresenta, e seus principais alvos são as camadas subalternas da sociedade.

Nesse íterim, devemos observar a complexidade de fatores que se atribuem a este fenômeno social, pois o mesmo apresenta-se de forma diferenciada de acordo com a configuração espacial que o condiciona. No dizer de Bourdieu:

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital-quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses (Bourdieu, 1989, p.135).

Assim, é possível argumentar que o espaço define a forma de manifestação dessa violência. Torna-se imprescindível demonstrar que os aspectos particulares que a violência urbana reproduz sob a perspectiva de diferentes tipologias e diferentes escalas sociais, o que ressalta que o fenômeno da violência é entendido como uma instituição social que agride não somente a parte física, mas a psicológica, a familiar, a comunidade e diversos segmentos populacionais.

Como podemos ver a violência urbana torna-se na atualidade um debate a nível nacional. Costa (1999, p. 3) enfatiza, que “o sentimento das pessoas que vivem nas cidades brasileiras é de medo e perplexidade diante da brutalidade de muitos crimes, assaltos e homicídios”. Cruz (2023, p. 3829) destaca, que “o medo não é uma emoção exclusivamente humana e que manifesta ao longo de toda vida”.

Diante de tais fatos, ponderamos que a violência acaba sendo uma espécie de reprodução social do sistema e que muitas das vezes acaba por definir ou redefinir identidades sejam elas pessoais ou territoriais, e geralmente essas identidades têm em comum as práticas de violências, sejam elas territorializadas ou não.

Por sua vez, percebemos que esse modelo de cidade excludente, realiza uma distribuição da desigualdade social. O Estado, não planeja o crescimento da cidade, e muitas das vezes torna-se omissivo quando não realiza ações de implantação e implementação de políticas públicas que venham subsidiar essa população mais vulnerável, especialmente a juventude pobre e excluída. Assim as cidades se tornam distantes de oferecer oportunidades equitativas a seus habitantes, causando uma implacável relação entre urbanização e a violência urbana.

De tal modo, podemos argumentar que a violência não é somente um problema de segurança pública, ela passa a configurar-se em uma das maiores e significativas expressões da questão social e acaba violando sobretudo os direitos humanos e de cidadania, como o direito de ir e vir, o direito de usufruto dos espaços públicos, etc.

Nesse contexto de desigualdades econômicas e sociais, temos a germinação da sociabilidade violenta caracterizada pela proliferação da marginalização e com isso

o avanço da criminalidade alicerçado ao uso de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Esta na grande maioria das vezes se materializa na figura de jovens armados de toda uma cultura machista e reacionária de um regime de domínio de território com soluções aparelhadas a partir de confrontos violentos. Segundo Nascimento:

No Brasil, é virtualmente impossível falar sobre associação de jovens que compartilham de uma identidade comum em grupos sistematicamente envolvidos com práticas violentas e/ou criminosas e conflitos territorializados sem mencionar o fenômeno observado no Rio de Janeiro e suas três violentas facções de narcotraficantes. Comparando ao que se vê em muitas favelas e bairros de periferia de outras capitais brasileiras, o problema dos morros cariocas é, de longe, o que produz cenas, mais espetaculares de violência armada (Nascimento, 2011, p. 72).

Sendo assim, o estado do Pará não se isenta desse contexto de criminalidade urbana provocada seja de forma direta ou indireta.

Segundo o Site G1 Pará, no ano de 2022, as mortes violentas caíram para 2,7% no estado do Pará. Foram 2,274 mil mortes violentas em todo estado, ou seja, uma média de 06 vítimas por dia. O índice de mortes proporcional à população ficou acima da média nacional que é de 19,1. O número deixa o estado na 12º colocação entre os estados com maiores taxas (G1 Pará, 2024).

Figura 3- Histórico das taxas de mortes violentas no Pará.

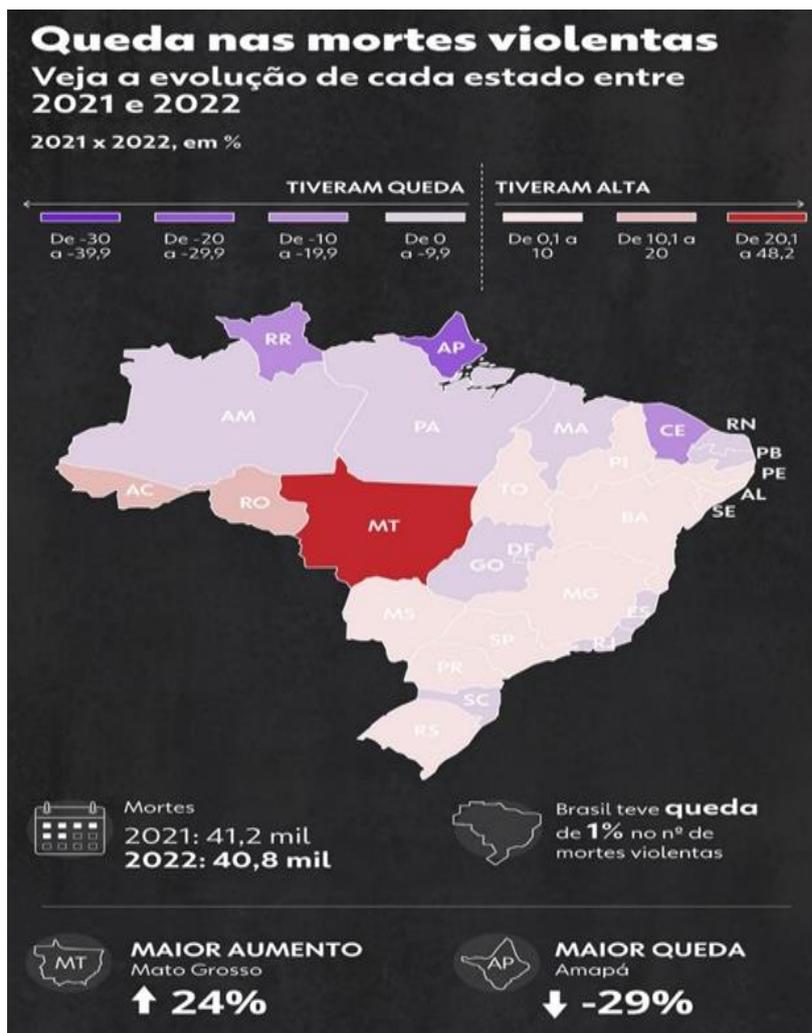


Fonte: G1 Pará (2024)

Em entrevista ao G1 Pará (9/2/2024), Ualame Machado, Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, ressalta que: “fechamos o ano de 2022 como o melhor ano dos últimos quatro anos de nossa gestão, e iniciamos 2023 alcançando metas significativas”. O secretário ainda enfatiza que todo esse movimento aconteceu devido a estratégias assertivas, embora considere que seja preciso fazer mais.

Segundo especialistas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública-FBSP e do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo-NEV-SP, o menor número de mortes é motivado por um conjunto de fatores, incluindo: profissionalização do mercado de drogas brasileiro; maior controle e influência dos governos sobre os criminosos; apaziguamento de conflitos entre facções; políticas públicas de segurança e sociais; e redução do número de jovens na população (G1, 2023).

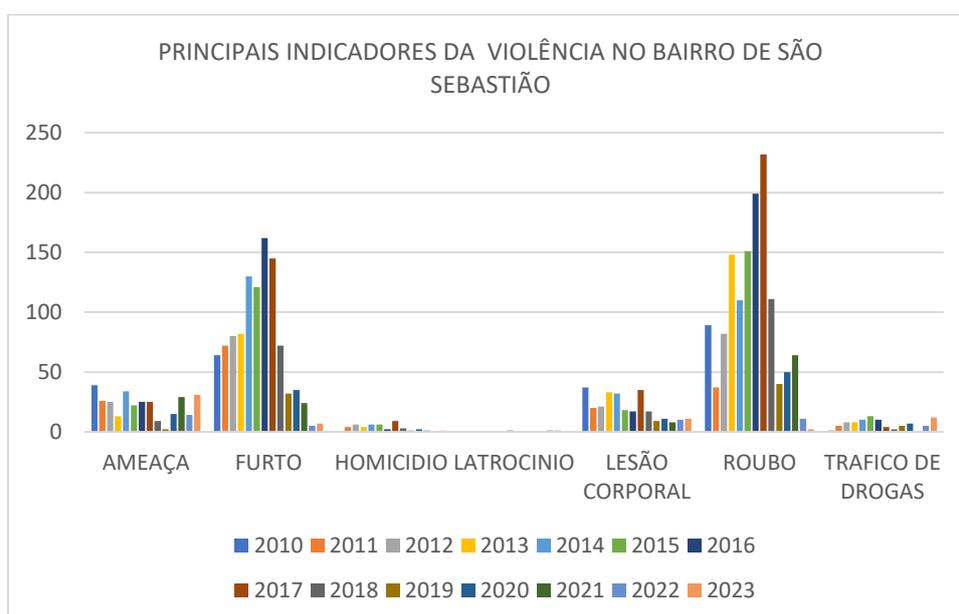
Figura 4 - Mapa das mortes violentas: 2021-2022



Fonte: G1 Pará (2023)

Isso demonstra que a violência urbana segue um padrão socioespacial e caracteriza um grupo pré-determinado para que possa difundir sua dinâmica criminal em seus mais diferentes níveis de envolvimento. Assim, sendo o intenso processo de desenvolvimento desordenado urbanístico e a acelerada modernização da vida cotidiana realizou um processo de segregação socioespacial, onde a falta de oportunidades se caracteriza no ócio principalmente entre adolescente e jovens, elucidando-os como grupos prioritários na organização de grupos de gangues, realizando práticas e dinâmicas violentas dentro dos territórios.

Figura 5 - Dados da violência urbana entre os anos de 2010 a 2023



Fonte: SEGUP (2024)

Cabe frisar que essas organizações de grupos de gangue não são exclusividade das grandes cidades. Nos Estados e municípios, temos um nível de subdesenvolvimento mais elevado pois aí se registram essas ações violentas praticadas por adolescentes e jovens organizados.

O município de Abaetetuba, não ficou ausente desse fenômeno. Com a chegada de políticas econômicas governamentais que favoreciam o grande capital, a região amazônica passou a ser palco de uma estrutura ambiciosa de grandes projetos industriais. Como descrito por Machado:

De vila quase isolada pela floresta, com a intensa migração que aconteceu para região em função da instalação as suas proximidades de um dos grandes projetos de exploração econômica da Amazônia, Abaetetuba passou muito rapidamente a conectar-se à teia capitalista transnacional, desfrutando

dos bens da tecnologia, mas recebendo, junto com estes, o ônus de uma “modernização” rápida e violenta. Uma cidade vocacionada essencialmente a vida ribeirinha viu-se de repente, como subúrbio de uma megalópole imaginária, sofrendo com essa radical mudança em sua identidade física e social; naquilo que seria a sua “alma” (Machado, 2020, p. 27).

Partindo desse pressuposto, o século XXI começou em Abaetetuba demonstrando o “poder” do desenvolvimento predatório ocorrido tanto pela imigração de indivíduos de outros estados e municípios, como do processo do êxodo rural ocorrido no município devido à instalação do Projeto Albras/Alunorte.

Complexo industrial que vai mudar não somente a realidade econômica do município, mas trará consigo uma série de impactos como o crescimento aleatório da cidade, com isso a falta de planejamento urbano por parte do Estado, desigualdade social e os bolsões de pobreza, fazendo surgir bairros periféricos sem nenhuma infraestrutura básica além de um elevado índice de degradação do meio ambiente.

Como resultado dessa transformação, Abaetetuba, se vê em meio a uma desestruturação com o aumento da violência, consumo e tráfico de drogas, miséria, prostituição, além da alteração de seus hábitos e costumes, degradando suas particularidades históricas e sociais, e antes os grupos de jovens que se formavam para enaltecer a cultura popular seja através da dança folclórica ou do teatro, sucumbidos pela modernidade e seus atrativos passam a se engajar em um dos grandes fenômenos que abarcou os adolescentes e jovens especialmente os da periferia, os grupos de gangue.

4 DO TERRITÓRIO DE VIOLÊNCIA AO TERRITÓRIO DE PAZ

A violência dos opressores que nos faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação - a do ser menos. Como distorção de ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos (Paulo Freire)

Neste capítulo trataremos do território do bairro de São Sebastião e as relações sociais construídas, fragilizadas, reconstituídas e a resistência de sujeitos que em seu dia a dia buscam melhores condições de vida, seja economicamente ou socialmente e enfrentam a segregação de residir em um bairro periférico e demarcado pela violência urbana. Contudo, é neste mesmo território demarcado por diversas expressões da questão social que os indivíduos que ali formam uma comunidade, vão escrever novas histórias de superação, reconhecimento e exemplo de transformação seja ela individual ou coletiva.

Contudo para compreendermos melhor todo esse processo histórico vivenciados pelos sujeitos que ali residem, iremos remetermo-nos à década de 1980 quando o projeto Albras/Alunorte foi implementado no município de Barcarena.

Machado (2020) salienta que somente é possível a compreensão do momento atual vivido por Abaetetuba se considerarmos sua história recente no contexto da implantação dos grandes projetos na Amazônia. O município está sob a influência direta do projeto Albras/Alunorte, façanha nipônica que implantou, a 20.000 quilômetros de distância, a maior fábrica japonesa de alumínio fora da Ásia, capaz de abastecer 15% de todas as necessidades de alumínio do Japão a preços menores do que conseguiriam se as fábricas fossem instaladas em território japonês.

Assim, a nova fase do município de Abaetetuba se inicia trazendo em seu entorno os grandes projetos econômicos industriais idealizados para a região Amazônica, projetos esses que reconfiguravam o modo de viver socialmente e economicamente no município de Abaetetuba.

De acordo com Machado (2020, p. 29) “de seis bairros no início dos anos 80 para dezessete em 2014, a cidade inchou caoticamente, que se evidencia pelos mais recentes dados demográficos, que revelam cerca de 80% da população municipal vivendo hoje na cidade, estando o campo à míngua, sem investimento nem produção”.

Logo, o território do bairro de São Sebastião tem sua formação geográfica e social, por famílias advindas da região das ilhas e estradas do município de

Abaetetuba, como também de famílias proveniente de outros municípios e estados, como do Nordeste. É o caso de famílias originárias da região das ilhas do município de Moju/PA, do Rio Ajuáizinho (região das ilhas de Abaetetuba) e das Colônias (zona rural-estrada de Abaetetuba). A história dessas famílias se entrecruza, uma vez que as mesmas carregavam as suas bagagens: a busca de melhores condições de vida para suas famílias. Vejamos alguns testemunhos.

Olha nós chegamos aqui bem verdade, foi pelo meio do mato, aberando o Laranjal, não tinha rua não tinha nada. Fizemos nossa casinha lá onde hoje é a terceira rua, aí foi, foi, fizeram uma travessia para o Santa Rosa, passávamos por cima do miritizeiro, viemos de Rio Ba (região de ilhas no município de Moju). Para chegar na cidade, pegávamos um barco, depois a estrada. Aí viemos para cá por causa que as crianças só viviam doente e nós sem dinheiro. (Entrevistada nº 13, em 01/02/2024).

Nós viemos das ilhas de Abaetetuba, um rio chamado Ajuáizinho, bem colado com o rio Ajuá grande, e nós viemos de lá, porque nós, éramos 12 filhos da mesma mãe e do mesmo pai. Como a situação era muito difícil lá no interior, e a dificuldade dos meus pais era demais e nós todos éramos pequenos. A maior era eu e quando adoecíamos a dificuldade era muito grande para chegar até Abaetetuba. E um dia minha mãe disse que a vontade dela era de sair de lá e vim embora para a cidade devido já ter perdido três filhos, era muita dificuldade, falta de dinheiro, de emprego e por isso ela não queria mais ficar mais lá (Entrevistada nº 3, em 12/12/2023).

Antes de vir para cá, eu morava na Rodovia Dr. João Miranda. Eu vim pra cá por casualidade da minha casa. Quando eu saí do emprego, meu patrão disse que eu não ia mais morar de aluguel, que ia comprar uma casa para mim. Aí ele me deu o dinheiro e eu comprei (Entrevistado nº 10, em 28/12/2023).

Em entrevista cedida à nossa pesquisa Osmar Pinheiro, uma das figuras emblemáticas do bairro, nos verbalizou como se deu a formação do bairro:

[...] o ano era 1986, e eu vim receber as terras dos donos uma vez que o prefeito comprou a terra para distribuir para as famílias que vieram das ilhas, estradas e de outros lugares por conta do projeto Albras/Alunorte. E o prefeito me incumbiu para realizar a distribuição das terras e junto com algumas famílias iniciamos o loteamento do bairro. E desde esse tempo eu tô aqui (Entrevista realizada em 28/12/2023).

Ele ainda acrescentou:

[...] antes de se tornar um dos bairros do município era área de agricultura. Tinha uma grande concentração de lavoura de cana-de-açúcar, melancia, mandioca e na área de várzea muita plantação de açaí. Quando íamos abrindo as ruas dava pena de ver as frutas sendo cortadas e jogadas fora (Entrevista realizada em 28/12/2023).

2

Figura 6 - Avenida Hildo Tavares Carvalho, em seu processo de abertura



Fonte: Osmar Pinheiro (1990)

Figura 7 - Avenida Hildo Tavares Carvalho-Atualmente



Fonte: Isane Caripuna (2024)

² Osmar Pinheiro autorizou a menção de seu nome conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que encontra-se Anexo.

Da característica basicamente primórdia, a grande concentração de terra que hoje configura o bairro de São Sebastião, de maneira muito rápida passou a conectar-se com a teia urbanística do município, gerando não apenas o crescimento demográfico de Abaetetuba, mas trazendo consigo sérias dificuldades que o crescimento desordenado provoca, como a falta de infraestrutura básica.

[...] conseguimos esse terreno aqui em forma de doação e começamos a fazer nossa casa com madeira do mato. Aqui nesta rua tinha somente duas casas, que era cinco famílias que moravam. Pegávamos água lá no poço da dona Corina, hoje falecida ou do seu Sarito que também já morreu. Não tinha energia elétrica, não tinha água encanada, não tinha telefone público, não tinha nada tá, nem rua... Era só caminho e uma outra dificuldade era atravessar para o bairro de Santa Rosa, porque não tinha ponte, não tinha nada (Entrevistada nº3, em 17/12/2023).

[...] não tinha rua, não tinha nada. Meu marido começou a vender pão e a dificuldade era muito grande. Aí abriram uma travessia para o Santa Rosa, passávamos por cima do miritizeiro, inclusive um dia ele colocou o panela na cabeça para atravessar. O pé dele escorregou, ele caiu na água e perdeu o cesto com todo o pão (Entrevistada nº 13, em 01/02/2024).

E assim, com o passar dos tempos o território do bairro de São Sebastião se tornou um dos bairros mais populosos do município de Abaetetuba. Segundo o IBGE (2010)³, o território possui 5.250 habitantes. Hoje, o bairro de São Sebastião possui uma boa infraestrutura dentro da rede de proteção social básica, mas nem sempre foi assim.

Um território em expansão, formado por uma sociedade multicultural, permeado pelo agravamento das múltiplas expressões da questão social, originadas pela falta de infraestrutura básica, sistema indispensável para um bom desenvolvimento populacional de bem-estar e qualidade de vida. No final dos anos 1990, e início dos anos 2000, o território e os sujeitos que ali habitavam, passaram um período de grandes dificuldades com os altos índices de violência urbana e vulnerabilidades, principalmente entre jovens e adolescentes.

[...] o tempo foi passando e mais pessoas foram chegando. E aí com essas vindas, tivemos a criação de dois grupos de jovens que se confrontavam. Eles se cortavam, eles se matavam... Eu ia entrando em depressão e muitas famílias deixaram suas casas, outras venderam por preços muito baixos e foram embora. Eu rezava e pedia muito pra Deus abrir portas para chegar ajuda (Entrevistada nº 3, em 17/12/2023).

³ Usou-se esse dado do IBGE (2010) por ser o mais recente que realiza a identificação estatística do número de moradores do bairro de São Sebastião, uma vez que esse dado específico coletado no censo 2022, ainda não encontra-se disponível na plataforma digital do IBGE.

Desse modo, esses jovens e adolescentes começavam a transfigurar através da violência urbana a realidade trazida pelo excesso de ócio e a falta de políticas públicas no território, assim esses jovens participavam ativamente de confrontos violentos entre si.

A entrevistada n.º 13 (em entrevista a 01/02/2024) recorda que “quando chegava seis horas da tarde, o pessoal da gangue começava a se encontrar. Lá onde era a “mercearia do Ceará”, e bem na frente de casa se enfrentavam”.

Diante disso, percebemos que cada jovem e adolescente passa a reafirmar-se e a identificar-se e estabelecer relações de sociabilidade de acordo com o grupo que convivia, o que Hall (2006) definiu como sujeito sociológico, uma vez que esses adolescentes e jovens além de refletirem a complexidade do mundo moderno, o seu núcleo de convivência se tornou de grande importância em sua formação identitária e cultural.

Os referidos grupos eram conhecidos como: “Demônios da Noite” - DN e seu “território de abrangência” era o lado esquerdo do bairro, enquanto do lado direito do bairro se concentravam os “Vândalos de Santa Rosa” –VN. Por conta dessa situação, o bairro ficou conhecido na mídia local por “Iraque” ou “Afeganistão”, devido aos grupos terem como faixa limítrofe a rua principal do bairro. Perante o exposto, levamos a relacionar esse momento com a descrição de Asbury (2022) em seu livro “As gangues de Nova York”, onde o referido autor cita as duas principais gangues do distrito da Bowery – os Bowery Boys e os Dead Rabbits – que tinham como ponto principal de seu enfrentamento as vielas próximas ao Cinco Pontos.⁴

[...] eu morava no campo da aviação. Vim pra cá com 12 anos. Minha adolescência foi como o que hoje o adolescente tem, tá entendendo? Mas depois já com o tempo, já veio tomar outro caminho, outro rumo já, que foi, esse aí... essas brigas de gangue (Entrevistado nº06, em 19/12/2023).

[...] o começo da minha adolescência até que foi bom. Eu trabalhava com meu pai, fui aprendendo devagar. Meu mal, foi ir trabalhar na feira. Depois da feira, minha cabeça rodou e na feira aprendi muita coisa que não prestava. Fui trabalhar na feira, vigiar carro, vender chopp, trabalhei no repuxa, lá eu comecei a beber, conheci o cigarro novo, e depois disso aí, me ajuntei com meus primos e pronto, aí começou a entrar na má companhia e aí deu no que deu [...]. (Entrevistado nº04, em:17/12/2023)

[...] minha mãe tinha um terreno, mas a gente mora ali na Rui Barbosa, no bairro do Algodão. Aí nós vínhamos pra cá pro terreno, a mamãe construiu a casa e a gente viemos embora pra cá, desde o começo do bairro. Eu vivia na rua, eu era moleque de rua, ia pra bola ficava até de noite, só chegava em

⁴Segundo Asbury- o Cinco Pontos do velho e sangrento Sexto Distrito, que abrangia mais ou menos o território limitado pela Broadway, a Canal Street, a Bowery e a Park Row, antigamente Catham Street.

casa pra dormir e levantava e ia pra rua. Minha vida era essa assim. Aí eu fazia parte da VN, esse tempo era eu, o finado Baixinho, o finado King, o Batista e aí tinha outros [...] (Entrevistado nº 11, em 27/01/2024).

A violência exposta por esses dois grupos, a partir de um certo período não tinha mais hora para acontecer, antes era no cair da noite. Após certo tempo, o confronto acontecia a qualquer minuto.

[...] a gente começou a ficar tipo prisioneiro. Não podia sair, era assalto de dia e de noite. Tínhamos que ficar de boca calada. Teve um dia que eu estava penteando o cabelo, aí minha filha mais velha falou: “mãe, olhe aqui na frente”, aí eu olhei, tinha um com um terçado e outro com uma enxada, eles não tinham nem quarenta centímetros de distância, eles já iam se agredir, nesse dia não fui trabalhar (Entrevistada nº 3, em 17/12/2023).

[...] eles se enfrentavam em qualquer horário, não só de noite. Às vezes corriam para nosso quintal para fugir. Meu filho ficou com medo e muito revoltado também e disse que se eles viessem invadir pra cá ele ia botar a faca num. Aí eu falei: “Não faz isso, pelo amor de Deus! Para com isso” (Entrevistada nº 13, em 01/02/2024).

[...] eu ia indo para a empresa. Eu trabalhava na área da Hydro, em Vila do Conde. Era lá que eu trabalhava, prestava serviço pra Planar na época. Eu trabalhava de vigilante. Nesse dia, eu ia saindo de casa, era um domingo de manhã, quando eu ia andando os caras me assaltaram né e me deram de troco um tiro. Graças a Deus, não morri, mas fiquei com grandes sequelas (Entrevistado nº 10, em 28/12/2023).

Durante a entrevista, indagou-se a entrevistada de nº13, se um de seus filhos chegou a fazer parte de um dos grupos rivais. A mesma afirmou que não e que vendeu essa casa e comprou outro terreno, no mesmo bairro. Porém, mais afastado de onde aconteciam os confrontos.

Outrossim, em consonância aos confrontos, há-de convergir que, são bastante semelhantes a uma passagem do manuscrito de Asbury (2002), onde o autor salienta que os confrontos entre Bowery Boys e os Dead Rabbits, mantinham uma hostilidade rancorosa e que dificilmente os grupos passavam uma semana sem se confrontar.

Logo, as consequências negativas eram muito visíveis para a população residente no território do bairro de São Sebastião. De um lugar pacato, pouco habitável, ainda com um modo de subsistência baseado na cultura do campo, passou a um espaço de convivência marcado pelo confronto de grupos juvenis extremamente violentos. Em virtude disso, esses meninos e meninas acabavam sendo reféns de seu próprio território, seja por conta da “faixa limítrofe” que separava as duas gangues, seja pelo fato de não poderem adentrar em espaços públicos do município. Tal fato se devia a já terem formado uma identidade violenta e serem abordados pela polícia sofrendo discriminação e segregação por parte da sociedade abaetetubense.

Contudo, a comunidade não se rendeu totalmente ao momento que estava vivendo, mesmo com todas as dificuldades impostas por essa fase conturbada que passavam, alguns moradores começaram a se reunir para buscar soluções e o primeiro passo foi criar uma associação de moradores.

[...] aí Deus abençoou, que nós através da associação, fomos reunir com o prefeito. A única coisa que tínhamos era a Escola Maria Zaide Cardoso que era do pré até a quarta série. Depois fomos até o quartel da Polícia Militar conversamos com o comandante. Ele disse que era pra fazermos um ofício e entregarmos pra eles e assim fizemos. Sempre tudo às escondidas pra não sofremos ameaças depois (Entrevistada nº 3, em 17/12/2023).

O processo de discriminação e segregação não atingia somente os adolescentes e jovens que eram integrantes das gangues. Os outros moradores também sofriam preconceito só pelo fato de residirem no bairro. Hall (2006, p.12) evidência: “A identidade então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura”. Apesar do medo e a sensação de insegurança a comunidade resistiu e começou a formular estratégias e práticas de sociabilidade para que a paz pudesse voltar a reinar.

A igreja católica através da Pastoral da Juventude, iniciou um grupo de jovens que tinha como nome “Nova Geração”. Esse grupo, através de seus integrantes, visitava famílias do bairro, principalmente as que tinham em sua composição jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, convidando-os para fazerem parte das reuniões que aconteciam no salão paroquial da igreja católica. Em casos específicos, as reuniões também aconteciam na casa de integrantes do grupo ou de pessoas que desejavam participar do mesmo.

Outro fato importante e estratégico foi a formação de dois times de futebol, o Pinheiro Futebol Clube e o Cristal Futebol Clube. Esses times tinham como objetivo desenvolver através do esporte, saúde, cultura, educação, diminuição do ócio da juventude e esperança de dias melhores. Tinha o time feminino e o time masculino, tanto um como o outro tinham em sua composição meninos, meninas e familiares das duas gangues e também outros jovens que não faziam parte dos grupos rivais. Contudo, sofriam pela violência coletiva, discriminação e segregação do território.

Torna-se imprescindível destacar Bourdieu (2008, p.160), o qual esclarece que “os agentes sociais são constituídos como tais em e pela relação com o espaço social”.

Apesar de todo o esforço da comunidade, os confrontos ainda persistiam. Mas os mesmos não deixavam de se mobilizar e sonhar com um futuro promissor tanto para o bairro, quanto para os sujeitos que ali habitavam. Diante disso, atrevemo-nos a parafrasear Bauman (2003), que nos traz o conceito de comunidade como um lugar cheio de significados e sensações. Ele sugere em seus manuscritos que a comunidade é um local onde as pessoas compartilham de características sociais, intelectuais, culturais e de grande semelhança entre si. No dizer Bauman:

Para começar, a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. (Bauman; 2003, p. 7).

E é sob esse aspecto de união, de “convivência entre os diferentes”, das pluralidades sejam elas políticas, culturais ou identitárias, em um amplo movimento de resistência que essa comunidade de forma mutua e determinada tem o início de uma nova história. Esta começa a ser desenhada em dezembro de 2003, durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social na cidade de Brasília, onde tem-se que:

[...] a consolidação da assistência social como política pública e direito social, ainda exige o enfrentamento de importantes desafios. A Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro/2003, apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, requisito essencial da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública (Brasil, 2004, p. 8).

Destarte, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) concebe a Assistência Social como direito social de responsabilidade do Estado, traçando em seu arcabouço legislativo e como um dos princípios fundamentais a universalização dos direitos sociais a autonomia e o direito do cidadão a gozar de benefícios e serviços de qualidade.

Desta maneira, a LOAS sinaliza a natureza civilizatória na consagração dos direitos sociais e demanda que o provimento das ações socioassistenciais sejam pensadas prioritariamente no âmbito da cidadania e sob a aplicação do Estado, cabendo a este realizar a gestão da política de forma organizada e participativa de acordo com as provisões do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS traz consigo um modelo de gestão descentralizado e participativo. Essa nova conjuntura, possibilita que as ações socioassistenciais, desenvolvidas através de serviços, programas, projetos e benefícios, tenham como foco prioritário a atenção às famílias e seus membros e, como base de organização, o território. Já a

Política Nacional de Assistência Social, sua publicação ocorreu somente em 2004. A mesma veio para implementar o SUAS e assim configurar-se como Política de Proteção Social, trazendo consigo uma visão social inovadora. Entendendo que a população não tem somente necessidades e fragilidades, mas que é necessário identificar as forças e capacidades que esses sujeitos possuem para uma maior autonomia. Sallanta Costa:

Assim, a Assistência Social passa a ser uma política pública capaz de possibilidades de apreender as diferenças sociais e entender que a população tem necessidades, e capacidades, pautando-se não só nas ausências materiais, como também na pobreza, mas também nas presenças potenciais, como no reconhecimento do indivíduo como sujeitos de direitos, identificando forças e não somente fragilidades (Costa, 2022, p. 73).

É nesse contexto de conquistas da Assistência Social no Brasil, que se inicia o trânsito para um novo campo: o campo de direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Além disso, a assistência social, insere-se no campo de bem-estar social, concebido como campo da Seguridade Social, afirmando e configurando o Artigo 194 da Constituição Federal de 1988 que estabelece a seguridade social, como um conjunto de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Logo, essa inserção na Seguridade Social, também aponta, para seu caráter de política de Proteção Social, articulando-se com outras políticas desse campo visando a garantia de direitos e condições dignas de vida. Sendo assim, a proteção social deve garantir segurança de sobrevivência, de acolhida e de convivência familiar e comunitária. Dessa forma, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de protagonismo. A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a qual assegurou que os serviços socioassistenciais passem a ser organizados por níveis de proteção social:

Artigo 1º: Aprovar a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, [...] (Brasil, 2009, p. 2).

A Proteção Social Básica-PSB tem por finalidade prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Deste modo, faz-se necessário um trabalho sistemático e

de cariz preventivo realizando a compreensão da família deste a estrutura geracional até aos conflitos e desigualdades vivenciados nesses âmbitos familiares. Reconhecendo nas mesmas que cada uma tem suas características próprias, identidades culturais, interesses, necessidades e potencialidades, com isso, procura precaver a fragilidade dos laços afetivos ou até mesmo o rompimento desse vínculo. É nesse contexto que estão inseridos os Centros de Referência da Assistência Social-CRAS, unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por finalidade prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios. Uma vez que:

Destaca-se que território não se restringe à delimitação espacial. Constitui um espaço humano, habitado. Ou seja, o território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem (Brasil, 2009, p. 13).

Sob essa perspectiva, no ano de 2005, o município de Abaetetuba é contemplado com seu primeiro CRAS, e o bairro de São Sebastião foi o território escolhido para implementar o referido equipamento social.

A crença de que cada um é protagonista de sua história, mas, circunstâncias que independem de sua vontade podem interferir de forma positiva ou negativa no curso desta história, nos levou a defender a implantação do primeiro CRAS no município de Abaetetuba, em agosto de 2005. Naquela época o bairro de São Sebastião destacava-se na mídia como o território mais violento do município. Muitos achavam que era utopia, dizendo ser irreversível a situação de violência instalada naquele território, porém nós tivemos a coragem de ousar [...] (Entrevistada nº 8, em 27/12/2023).

Doravante a afirmação da entrevistada, cabe considerar o manuscrito de Montaño e Duriguetto (2011, p. 143) que aponta que: “o Estado é parte integrante da ordem burguesa e não externa a ela”. Tal elucidação leva-nos a considerar que o mesmo Estado que busca um consenso com a classe trabalhadora, realizando a legitimação da ordem social através da implantação de políticas sociais é o mesmo que realiza a coerção, realizando os interesses da classe hegemônica. O que nos faz entender que o Estado não é um poder neutro, mais sim um mecanismo de correlação de forças, onde grupos específicos se articulam em busca da hegemonia de seus interesses.

Que por sua vez, elucida as palavras de Dahrendorf (1992, p. 43): “o poder gera não apenas a desigualdade, mas, pelo mesmo motivo o conflito”

Em linhas gerais, “a política social é permeada por avanços e retrocessos, uma vez que traz a concepção do direito social como exercício da cidadania, e também se

configura como restritiva, voltada a população que em situação de extrema pobreza” (Lima; Teixeira; Giacomelli, 2019, p. 245)

Nesse íterim, inicia-se o processo para implementação do CRAS no território de São Sebastião, o qual se vai localizar em área vulnerável e de risco social. A Norma Operacional Básica/SUAS (2005) reconhece que realizar esse diagnóstico de incidências é uma tarefa complexa, especialmente se não se dispõe de estatísticas nacionais. Assim sendo, a equipe que atuou no CRAS do território de São Sebastião iniciou suas atividades assumindo o desafio de diálogo com os grupos rivais que determinavam as ações no referido território, para que os mesmos permitissem a instalação do equipamento social.

Quando foi liberado o primeiro CRAS para o município, nós conversamos - na época eu fazia parte da equipe de planejamento da secretaria -, qual seria o território que a gente ia implantar o primeiro CRAS. E aí, por conta de todas essas vulnerabilidades que ocorriam no bairro de São Sebastião, nós optamos pelo São Sebastião. E aí, veio o primeiro entrave, naquela época o São Sebastião era dividido e comandado por duas gangues, acesso pelo bairro de Santa Rosa, os Vândalos de Santa Rosa e pela rodovia os Demônios da Noite. Então, como entrar nesse bairro sabendo, que havia esses conflitos, e que realmente eles se conflitavam na rua (Entrevistada nº 8; Coordenadora da PSB/2005, em 27/12/2023).

A implantação do CRAS foi em 2005, mas antes de inaugurar, nós entramos no bairro, porque o bairro era dividido por duas gangues. Era os Vândalos de Santa Rosa e os Demônios da Noite. Então para que os jovens e a população pudessem frequentar o CRAS, tipo assim, essas gangues que determinavam onde seria o CRAS (Entrevistada nº 1; Assistente Social do CRAS/2005, em: 15/12/2023).

Quando eu cheguei o processo já tinha iniciado. Eu lembro de ter participado basicamente de tudo, que inicialmente vieram as orientações do Governo Federal, todo passo a passo de implementar um CRAS e isso era muito novo na época. A gente sabia que era territorial. A gente sabia que tinha que estar no território e então assim o processo foi iniciado com muitas reuniões no bairro, com lideranças, comunidade e com os grupos de gangue. Para podermos apresentar os serviços, levantando as principais necessidades, fazendo uma leitura daquele território (Entrevistada nº 12; psicóloga do CRAS/2005, em 08/01/2024).

É preciso ressaltar, que toda essa dinâmica de abordagem se fazia necessária uma vez que a proteção social básica através dos serviços oferecidos pelo CRAS tinha como prerrogativa ações de prevenção nos territórios. Contudo, nesse momento, a equipe teria que atuar dentro de um processo de intervenção devido à situação vulnerável do território e dos sujeitos que ali habitavam. E faz-se importante destacar que PNAS 2004, salienta que a vulnerabilidade surge relacionada a situações de pobreza e condições de vida, sendo desta forma associada à privação, seja no que concerne à ausência de renda e ao precário ou nulo acesso aos serviços públicos.

E nesse emaranhado de necessidades, as quais estavam latentes no território, foi aí que a equipe destacada para realizar a implementação do CRAS no território teve como fator principal a possibilidade de dialogar com os principais atores, os quais traziam à tona a realidade que as inúmeras expressões da questão social manifestavam nas condições de vida daqueles sujeitos.

Ai a gente resolveu dialogar com algumas lideranças; pelo lado de Santa Rosa, a dona Conce que era professora da escola que morava no bairro tinha acesso ao pessoal da gangue e eles respeitavam muito ela. Pelo lado da rodovia uma Agente Comunitária de Saúde-ACS a dona Ana, também nos ajudou e marcou o encontro para conversarmos com as gangues. Para o nosso azar, nesse dia quando chegamos a polícia estava lá. Ficamos apavorados, porque eles podiam pensar que nós levamos a polícia. Aí nós saímos do bairro, demos um tempo e depois voltamos. Aí fomos para a escola, eles estavam lá, e assim que a gente iniciou a conversa a gente percebeu que eles se sentiram valorizados, por irmos lá dialogar com eles, mas ao, mesmo tempo tocaram o terror. Em suas falas diziam que não íamos aguentar, que não íamos saber conviver com os conflitos... Não deixamos eles perceberem que estávamos inseguros. Com o outro grupo, a conversa foi mais lite, demonstraram menos agressividade mais disseram que tínhamos que estabelecer um limite, colocar o CRAS num local que tanto o pessoal da direita quanto da esquerda pudesse frequentar (Entrevistada nº8; Coordenadora da PSB/2005, em 27/12/2023).

[...] reunimos com eles em uma escola, estávamos meio temerosos, pois nesse dia a polícia estava fazendo ronda no bairro. Ficamos com medo deles pensarem que foi nós que levamos a polícia....., falamos o que seria o CRAS, mais para uma população que não tinha acesso a políticas públicas na época. Era como se a gente estivesse contando uma mentira, eles não acreditavam muito, eles ficaram brincando o tempo todo, jogavam cigarro aceso um para o outro. A fisionomia deles era bem prejudicada pelas drogas, contudo eles disseram mais ou menos onde deveria ficar o CRAS, para que os dois lados pudessem frequentar (Entrevistada nº 1; Assistente Social do CRAS/2005, em 15/12/2005)

Em uma reunião, junto com o professor de educação física reunimos com os dois lados, porque nesse momento o bairro era dividido. Um conjunto de pessoas não passava de um lado para o outro, tinha toda uma rivalidade. Isso era muito forte, era como se cada grupo comandasse o que existia naquela parte do bairro. Eles eram muito arredios. Me lembro que nas reuniões eles iam para demarcar o território, eles iam para intimidar a gente, eles iam armados, sem camisa, alguns com camisa na cabeça pra intimidar e a nossa fala ia realmente de levar serviços, de reconhecer o que existia ali de necessidades para garantir direitos, só que e não eram... Eu via que a necessidade deles era muito grande, eles não eram realmente muito vistos, porque a entrada no bairro era difícil também (Entrevistada nº 12; psicóloga do CRAS/2005, em 08/01/2024).

Partindo desse ponto, ousamos citar Pierre Bourdieu (1989), quando o mesmo ressalta em seu livro *O Poder Simbólico*, o quanto “a comunicação seja ela estruturante ou estruturada através da imposição, ou até mesmo da posição do emissor, pode contribuir para legitimar a dominação de uma classe sobre a outra”, o que Bourdieu denominou de violência simbólica, e que “os símbolos são instrumentos

por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimentos e de comunicação”. Nesse caso, os grupos organizados em gangue através de suas forças comunicativas realizavam as determinações de como a ordem social deveria acontecer no território.

Com base no diálogo entre a equipe do CRAS e os grupos organizados em gangue, iniciam-se as primeiras ações no território. A primeira foi encontrar o espaço no local onde os grupos determinaram. Segundo, foi iniciar os trabalhos através das reuniões setorizadas, uma vez que as mesmas tinham como objetivo esclarecer como esse trabalho seria feito. Durante a entrevista, a psicóloga ressalta a grande expectativa das famílias em relação aos serviços, pois faltava tudo. Não tinha posto de saúde, mas somente as agentes comunitárias de saúde realizando serviços pontuais de prevenção e esclarecimentos.

Ainda durante nossa coleta de dados, a assistente social da época salientou que foi através do CRAS que as políticas começaram a adentrar no território. Em sua fala, ela descreve que a única política pública existente era a política de educação, através das Escolas Municipais Professora Maria Zaide Cardoso e Doutor Francisco Leite Lopes, e que uma das primeiras ações foi levar para o CRAS, os serviços de cidadania oferecidos pela Casa do Cidadão como Registro Geral-RG, Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, Carteira de Trabalho e Certidão de Nascimento, pois, a falta de documentação era uma das carências desses sujeitos.

A técnica social ainda referiu que uma das primeiras oficinas foi um curso de vasos artesanais realizados com os adultos e jovens. Essa oficina era realizada no campo onde hoje se encontra o Centro Unificado de Artes e Esportes, e foi um desafio muito grande, tanto para o oficinairo quanto para a equipe, pois muitas vezes eles usaram drogas durante as aulas.

Nós tivemos um pouco de trabalho com a juventude, principalmente os que faziam parte da gangue. Eles eram resistentes. Para se conseguir alcançar o objetivo dos serviços as representações sociais do bairro foram muito importantes, até mesmo a liderança das gangues, porque eles nos davam o consentimento para realizamos nosso trabalho. Uma das estratégias que adotamos foi um educador social para cada grupo, até chegar o momento que pudéssemos fazer a união dos dois grupos. Mas o primeiro momento foi muito difícil (Entrevistado nº7; Educador Social do CRAS/2006, 23/12/2023).

Fizemos muitas reuniões com as famílias, porque tudo o que seria alcançado ali seria de acordo com a realidade do bairro. Então naquele momento dialogávamos com as famílias pra gente ouvir as principais demandas que eles tinham, as principais necessidades de cada um deles. Realizamos um grande trabalho de aproximação, de explicação e mostrar para eles que tínhamos que trabalhar juntos para o bairro poder crescer, que eles

necessitavam de emprego, de oportunidades, mas que eles também precisavam conhecer a realidade deles e entender o porquê eles chegaram ali naquele momento. O mais curioso é que as reuniões aconteciam setorizadas e precisávamos manter a mesma quantidade de tempo de ambos os lados, se não eles pensavam que estávamos priorizando mais um do que o outro” (Entrevistada nº12, psicóloga do CRAS/2005, em 08/01/2024).

Desse modo, faz -se necessário abordarmos um pouco sobre o sentido da palavra necessidade dentro da abordagem conceitual de nosso trabalho.

Nas palavras de Pereira (2007):

[...] o conceito de necessidades básicas assumiu papel preponderante na justificação dos direitos sociais e das políticas públicas que lhes são correspondentes. Destarte, falar atualmente em direitos e políticas sociais públicas implica recorrer ao conceito de necessidades humanas básicas (designação que preferimos) que lhes serve de fundamento (Pereira, 2007, p. 37).

Isso permite afirmar que necessidades não são apenas algo individual de cada sujeito, mas situações comuns vivenciadas dentro de uma coletividade. Partindo desse pressuposto, o Centro de Referência da Assistência Social-CRAS São Sebastião, através das ações realizadas por sua equipe, buscou mapear as aspirações da comunidade, transformá-las em demandas que pudessem refletir as necessidades sejam elas individuais ou coletivas e assim viabilizá-las como direito social, constituindo-as dentro da ordem na tomada de decisões das políticas sociais, econômicas, culturais ou jurídicas.

O tempo ia passando e as ações acontecendo. A coordenadora da PSB na época, nos relata durante sua entrevista que nesse meio tempo entre a inauguração do prédio do CRAS São Sebastião e a realização dos primeiros serviços socioassistenciais, assistiu-se à chegada do Projeto Agente Jovem, e os grupos queriam seguir a mesma dinâmica que fora usada na implementação do CRAS:

[...] fazer uma turma de cada lado e a gente falou que não, que no CRAS ele iriam aprender a conviver. Era bem complicado, quando tinha os encontros. A gente estava lidando com uma bomba relógio que a qualquer momento ia explodir. (Entrevistada nº 8; Coordenadora da PSB/2005, em 27/12/2023).

Era muito desafiador fazer um encontro com esses jovens. Tivemos por exemplo, uma ação no Tiro de Guerra, onde a gente teve que trazer os grupos. Trouxemos alguns meninos dos grupos rivais, tivemos conflito, mas essas pequenas coisas que fomos fazendo, observávamos que surtia algum efeito, mesmo que fosse arriscado (Entrevistado nº7; Educador Social do CRAS/2006, 23/12/2023).

Ainda durante a entrevista, o educador social comenta outro fato ocorrido com os grupos de trabalho formado pelos jovens e adolescentes, em uma programação

realizada na região de ilhas do município de Abaetetuba, na localidade conhecida como Rio Furo Grande:

[...] fomos proporcionando esses momentos juntos. Em um desses no rio Furo Grande, lá tivemos um conflito muito ruim. Pensei que a gente não iria controlar essa situação. Esse conflito aconteceu a noite, inclusive com jovens de lá também. Ficamos acordados a noite toda praticamente. Pela manhã, improvisamos uma programação religiosa ecumênica. Foi fantástico! No final, eles se abraçaram e ficou tudo bem. Nesse momento, percebeu-se um sentimento de pertença do grupo. Esse momento foi muito importante para se construir a identidade e a partir dali nos sentimos mais à vontade para fazer outros (Entrevistado nº 7, Educador Social do CRAS/2006, em 23/12/2023).

Sob esse viés, podemos analisar o quanto a situação de risco social presente nesse território, começa a tomar novos rumos. O trabalho incansável das equipes, muitas das vezes com rotinas exaustivas por conta de várias situações como a pauperização, a exclusão e segregação social que esses sujeitos vivenciavam diariamente. Por conseguinte, nos chamou muita atenção a fala da assistente social, quando a mesma relata que uma das estratégias da equipe para se aproximar das famílias era a situação da fome. Como a equipe passava o dia todo no equipamento social, eles faziam suas refeições lá e muitas crianças, adolescentes e jovens iam para as atividades e lá permaneciam, pois, nem todos tinham o que comer em casa e por conta disso ficavam no CRAS para realizar as refeições.

Com isso, as famílias perceberam a importância do trabalho e começaram a frequentar. Outra situação, que nos chamou muita atenção, foi proporcionada para esses jovens durante uma programação cultural do município, conhecida como Miriti Fest. Esses jovens e adolescentes, segundo relatos da assistente social, criavam letras de músicas contando seu dia a dia. Posto isto, aponta-se Hall (2006, p.40), o qual averba que “a língua é um sistema social e não um sistema individual”. Foi aí que a equipe resolveu levá-los para se apresentarem no festival:

[...] me lembro que teve o festival do miriti na Praça de Conceição. E aí, nós fizemos uma tarefa para eles dançarem. Foi um rap que eles mesmo criaram e aí preparamos uma das moças para ser a Garota Miriti do CRAS São Sebastião.... A vestimenta deles era aqueles blusões de capuz. Quando chegamos na praça, descemos do ônibus, a polícia logo parou. Aí eles se agarraram em mim e na Luciana. “Olha eles estão dizendo que somos do São Sebastião”, ou seja, naquele momento sentimos que a polícia estava praticamente chamando-os de bandidos, e por incrível que pareça eles ficaram “grudados” em nós duas. Sentimos junto com eles o peso da discriminação, isso foi muito forte para nós, que estávamos levando essa política pública, levando direitos para esses cidadãos que nunca tiveram (Entrevistada nº 1, Assistente Social do CRAS/2005, em 15/12/2023).

Por conseguinte, a toda essa situação, podemos reiterar que a exclusão social se traduz no indivíduo através da negação de seus direitos fundamentais, como acesso a bens e serviços que deveriam estar subsidiando os cidadãos de fato e de direito. Quando realizamos uma leitura linear das situações apresentadas, percebemos o quanto é forte essa intensa repartição desigual seja de renda, social e/ou cultural.

[...] quando descemos do ônibus um policial falou: “guarda tua bolsa que o São Sebastião chegou”. Sabe aquilo foi muito triste para todos essa noite. A gente ficou super mal. Eles não queriam mais sair de perto da gente, eles ficaram intimidados com a fala do policial. Isso foi um ponto muito negativo porque era essa visão que o pessoal tinha do bairro (Entrevistada nº8, Coordenadora da PSB/2005, em: 27/12/2023).

Então, mesmo em meio a todas essas situações, a equipe do CRAS São Sebastião, junto com os cidadãos que formavam aquela comunidade não deixaram de prosseguir em busca de dias melhores, o trabalho continuou seguindo seu fluxo, e mais programas começaram a chegar para realizar a complementação das ações e serviços que já estavam funcionando.

Destaca-se o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Territorial, programa este de parceria entre a Fundação Vale e Prefeituras. O programa tinha como elemento estratégico a preparação da juventude para a contemporaneidade promovendo formações dentro de um arranjo econômico, social e multicultural.

[...] tivemos a chegada do Programa Vale Juventude e quando chegou no município, já veio com uma determinação. A gente não poderia trabalhar com jovens que estivessem em conflito com a lei. Foi aí que percebemos outra realidade dentro do bairro. A gente foi ver que lá no bairro tinha muitos jovens que mesmo não sendo membros da gangue, eram reféns do território. Eles não saíam, eles não estudavam à noite, não se divertiam por conta dos conflitos. Eram pessoas que não eram tão vulneráveis financeiramente, não se envolviam com drogas..., mas elas eram tão reféns daquele território quanto os outros (Entrevistada nº 8, Coordenadora da PSB/2005, em 27/12/2023).

Diante disso, Santos (2014) atesta que não se trata de “igualar” lugares por um jogo interminável de preços. Como o que acontece num lugar influi sobre todos os demais, o melhor, é agir sobre a totalidade dos lugares, isto é, sobre a própria sociedade considerada como um todo.

Ainda durante seu relato, a coordenadora da proteção social básica, ressalta que para implementar o programa, tiveram alguns entraves como a resistência principalmente dos conselheiros da infância e da juventude. Para os conselheiros, o

programa era excludente e, por isso, não queriam aceitar o programa. Mas o conselho de assistência social se posicionou e defendeu a aceitação do mesmo.

Essa resistência se deu tanto da parte da comunidade quanto dos conselheiros. Estes defendiam que os jovens que realmente se encontravam na situação de vulnerabilidade e risco social deveriam estar e atuar no programa.

O Agente de Desenvolvimento Territorial-ADT como ficou conhecido, era para trabalhar aquele jovem que já tinha uma certa habilidade, um perfil diferenciado, que pudesse ser agente transformador no bairro, fizesse jus ao nome do projeto (Entrevistado nº 7, Educador Social do CRAS/2006).

O programa em questão trazia como perfil desse agente, que o mesmo não estivesse envolvido em atos ilícitos e estivesse frequentando a escola. Infelizmente, os meninos e meninas que faziam parte dos grupos da gangue não se encontravam no perfil do programa. Esse perfil era encontrado em outros jovens que também faziam parte do território e estavam na situação de vulnerabilidade coletiva da comunidade, segundo o educador social.

Fizemos o processo de seleção dos jovens e formamos duas turmas, uma pela manhã e outra pela tarde. Trabalhava, como educadores, o Sotério, o José e a Tiana. E eles começaram o trabalho com esses meninos e meninas. E aí começaram a desenvolver alguns projetos na comunidade. Eles envolviam o pessoal que tinha conflito, e aí a situação começou a melhorar (Entrevistada nº 8, Coordenadora da PSB/2005, em: 27/12/2023).

O objetivo do programa era exatamente trabalhar jovens através de outros jovens, ou seja, que estes fossem os protagonistas de suas histórias, uma vez que haveria aqueles que possuiriam situações de vulnerabilidades diferentes. Porém, todos possuiriam em comum a vivência proporcionada pelo território e, por isso, juntos poderiam realizar a tão sonhada transformação social.

Dayrelle e Carrano (2014, p.119 *apud* Oliveira; Santos, 2012, p.41) salientam que as dimensões da condição juvenil estão condicionadas ao espaço onde são construídas. Essa passa a ter sentimentos próprios, transformando-se em lugar, em espaço do fluir da vida, do vivido, além de fornecer suporte e mediação para as relações sociais com sentidos próprios, o lugar como ancoragem para a memória, tanto a individual quanto coletiva.

Assim sendo, compreendemos que o espaço não é apenas um suporte físico e social, mas também um código cultural. É pelo conceito de territorialidade que se opera o suporte físico. Já o suporte social serve de base às redes de interação social,

onde o indivíduo se coloca face ao outro, tendo em vista a vida comunitária e a organização das suas múltiplas atividades (Cruz, 2020).

Dessa forma, a concepção de espaço não pode se apresentar de maneira fechada, uma vez que este possui multipluralidades nas formas de relações, sejam sociais, culturais, econômicas ou de vivências cotidianas.

Há de convir que o modo de vida dos jovens, vai além da sua condição social, da espacialidade geográfica à qual pertencem e onde constituem essa teia de relações sociais cotidianas. Logo, percebemos que foi nessa perspectiva que o ADT veio trabalhar com os mesmos, uma vez que as intervenções realizadas começaram a dar sinais de pacificação no bairro de São Sebastião.

No ano de 2009, a assistente social, que até o ano de 2008 tinha sido coordenadora da Proteção Social Básica, assumiu o lugar de Secretária Municipal de Assistência Social usou a arte como instrumento de intervenção.

Destarte, a tudo isso, em março de 2009, é organizado o I Encontro do PROJOVEM Adolescente, onde se reuniram os coletivos de jovens do município. A partir daí, nasce a ideia de formar um grupo de dança e teatro no bairro com os adolescentes assistidos pelo programa.

Assim que terminou o encontro, eles vieram até mim e disseram que gostariam de fazer uma quadrilha junina. E eu respondi que eles tinham “carta branca” para fazer essa quadrilha (Entrevistada nº 8, em 27/12/2023).

Figura 8 - Apresentação dos jovens no I Encontro do PROJOVEM Adolescente



Fonte: Arte Educador Silvio Nahum (2009)

Figura 9 - Apresentação da quadrilha CRAS São Sebastião no Festival Junino Municipal.



Fonte: Arte Educador Silvio Nahum (2009)

Segundo a entrevistada nº 8, a formação dessa quadrilha junina desencadeou o envolvimento no bairro. As famílias vieram ajudar, principalmente na confecção das roupas. Os adolescentes frequentaram assiduamente os ensaios e no dia da apresentação, no Ginásio Municipal, local onde decorreu o Arraial Junino Municipal, os jovens não quiseram o transporte para se locomover. Preferiram caminhar, transportando uma faixa bem grande que confeccionaram. Na mesma estava escrito que eram do bairro de São Sebastião, que eram cidadãos e que só queriam ver seus direitos assegurados. Após sua apresentação foram muito aplaudidos e chegaram a participar da final. Aquele ato permitiu demonstrar que aquele território não era apenas um lugar onde imperava a violência ou onde só morava bandido, mas famílias e cidadãos de bem. A partir daí, os encontros de famílias realizados no CRAS São Sebastião começaram a lotar e as famílias passaram a ser assíduas, assumindo-se o CRAS como uma referência.

Ainda em sua entrevista, salienta:

Lembro que um dia estávamos na reunião do Conselho de Assistência Social. Entrou um grupo de pessoas, eram famílias do bairro da Angelica, os mesmos estavam reivindicando um CRAS: “- porque vimos a diferença que o CRAS São Sebastião fez naquele bairro, a gente vai às vezes, em reunião lá (Entrevistada nº 8, em 27/12/2023).

Cabe frisar, que ainda durante a entrevista, percebemos que o trabalho que estava sendo executado no CRAS São Sebastião estava tendo o reconhecimento de parte da sociedade, nomeadamente das famílias de outros bairros que estavam frequentando as reuniões no CRAS.

E a partir daí, outros projetos vieram complementar os serviços. Entre eles, é citado o Projeto “Arteiros em Cena”, o qual possuía a arte como instrumento de intervenção. Convém ressaltar, que este projeto foi pensado a partir das considerações descritas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A mesma padroniza os serviços socioassistenciais ofertados nos territórios para as famílias, onde através de trabalhos em grupos organizados e de acordo com os ciclos de vida, realiza trabalho social com as famílias para prevenir ocorrências de situações de risco social. Este serviço tem por nome Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, este serviço é definido como:

Serviço realizado, em grupos, organizado a partir de percursos, de modo, a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Brasil, 2009, p.8).

E foi nesse contexto que nasceram os Cordões Juninos, concebendo-se como uma das principais estratégias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. É preciso ressaltar que nesse interim, o município de Abaetetuba, já possui oito CRAS, quatro deles vinculados à zona urbana, três na área rural de ilhas, sendo um específico para as Comunidades Tradicionais Remanescente de Quilombos, e um na zona rural estrada.

Costa (2022) expressa que o poder público se apropria de uma manifestação local para refletir acerca das violações de direitos por eles vivenciadas. O Festival faz uso da performance, do colorido, das indumentárias, do humor, dos bichos, da poesia,

da música, para reivindicar, contestar e resistir a expressões da questão social de uma sociedade autoritária e permeada de contradições.

Essas letras de música e poesia, traziam em seu bojo críticas a diversas situações de violações de direitos como: violência urbana, trabalho infantil, exploração e abuso sexual, racismo, discriminação e intolerância.

Cordão Boi Pingo de Ouro do CRAS São Sebastião:

Ambrósio e Maricota estão andando pela rua quando de repente escutam um barulho algo que chama atenção deles.

Ambrósio: mulher mais que barulheira é essa mulher?

Maricota: olha eu não sei. Só sei que tem bem gente. **Ambrósio:** o que será que está acontecendo?

Maricota: Vamos lá olhar?

Ambrósio: Vamos mulher, entra na manifestação.

Ambrósio: Oh moça você pode me explicar o que está acontecendo?

Nati: Posso sim. Olhe essa é a campanha de combate à exploração do trabalho infantil. O senhor sabia que tem muita criança por aí, que ao invés de estar estudando e brincando estão trabalhando nas ruas, olarias, açazais e na roça e outros lugares?

Ambrósio: sim isso eu já vi.

Nati: Pois é por isso que nós estamos fazendo essa campanha Esse cartaz representa o cartão vermelho pro trabalho infantil e esse é o símbolo da nossa campanha que o senhor deve conhecer

Ambrósio: Sim eu conheço, isso é um currupio.

Nati: espero ter tirado suas dúvidas.

Ambrósio: Olhe muito obrigado pela informação

Maricota: Que legal uma campanha desse tipo Ambrósio!

Ambrósio: verdade isso é muito importante mesmo, olhe no meu tempo não tinha isso, pois você sabia que quando eu era criança meu pai me colocava era para trabalhar no roçado, apanhando açaí não tinha esse negócio de brincar e estudar não!

Maricota: mas eu também trabalhei na minha casa cuidava de meus irmãos menores fazia comida pra casa e ainda ia pro roçado meu pai dizia que a gente não tinha tempo pra essa besteira de estudo a gente aprendia só a assinar o nome e já tava bom!!! (Costa, 2022, p. 79-80).

Em suma, fica demonstrado que a Assistência Social atua, sobre as mais diversas expressões da questão social: “Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, invenção e reinvenção da vida

construídas no cotidiano, pois é no presente que estão recriadas formas novas de viver, que apontam para um futuro que está sendo germinado” (Iamamoto, 2005, p. 28).

Por fim, é importante considerar que os desafios propostos para a mudança dessa realidade foram muitos, e que os jovens foram os principais agentes dessa mudança. O trabalho social desenvolvido no CRAS dentro das mais diversas áreas societárias, ampliou o universo desses sujeitos imprimindo uma identidade com novas realidades e uma outra perspectiva de vida.

Quando cheguei no terreiro meu boi balançou (2x);
Quando eu bati no pandeiro e toquei o meu boi dançou (2x);
Dança, dança boi empreenda do meu coração (2x)
É o Pingo de ouro, presente de São João (2x)
(Toada de entrada do Boi Pingo de Ouro, cedida dos arquivos de Benedito Junior).

Figura 10 - Apresentação do Boi Pingo de Ouro.



Fonte: SEMAS (2013)

O Boi Pingo de Ouro, não nasce com o Projeto dos Cordões Juninos. Ele já se fazia presente no bairro desde o seu início, uma vez que o mesmo foi criado pelo senhor Osmar e tinha como objetivo trazer cultura e entretenimento a uma comunidade que não tinha nenhuma opção de lazer. Contudo, essa manifestação vai se perdendo ao longo do tempo.

A entrevistada nº 8 considera que não foi fácil colocar o projeto em prática. Foi realizado todo um resgate histórico com muitas rodas de conversas com os antigos produtores, coleta de textos abordando conteúdos educativos e ressignificando os conteúdos que eram trabalhados dentro do processo da contemporaneidade.

Começamos a fazer o regate cultural. Mas tínhamos que envolver toda a comunidade, se não, não ia dar certo e aí começamos a correr atrás dos meninos e meninas para tentar convencê-los a participar uma vez que tinha o teatro, a dança, os índios. Demorou um pouco mas conseguimos convencê-los (Entrevistado nº 02; Educador Social/2010; em 16/12/2023).

Ainda durante a entrevista, o educador social salientou que outra estratégia muito importante para que esses jovens pudessem estar presentes nas atividades, foi a arte circense. A ideia foi de criar “Os pernas de pau”, e essa tática fez toda a diferença.

Nós tínhamos um menino, que era o terror da praça. Ele aparecia nos ensaios, ficava por lá, sempre o convidávamos a participar e foi que um dia ele se integrou ao CRAS. As reclamações que tinha dele começaram a diminuir. Ele começou a participar da parte artística da história. Ele tinha uma situação muito vulnerável, família extensa, trabalho infantil e após apresentação conseguimos trazer ele para o SVFV (Entrevistado nº 02; Educador Social/2010; em 16/12/2023).

Figura 11 - Arte Circense “Os Pernas de Pau”



Fonte: Tener Farias (2019)

Para complementar essa mudança, em 2011, o município foi contemplado com uma unidade de um Centro de Artes e Esportes Unificados-CEU's. Os CEU's têm como proposta trabalhar de forma articulada com outras políticas públicas e as vulnerabilidades apresentadas nos territórios. A instalação desse equipamento social foi de suma importância para dar continuidade às ações, uma vez que no mesmo espaço integrou-se o CRAS, CEU's e o Posto de Saúde. Desse modo, as situações de vulnerabilidades começaram a ser trabalhadas de forma conjunta entre assistência social, educação e saúde.

O Centro de Artes e Esportes Unificado desenvolveu o Projeto Girândola que teve por objetivo geral desenvolver ações em três eixos: saúde, enfrentamento e prevenção de violações de direitos e educação. Esses eixos executam suas atividades de forma articulada como atividades preventivas de saúde nos territórios, formação humana social e estética, sentimento de pertença de crianças e adolescentes ribeirinhas, fortalecimento da identidade étnica de crianças e adolescentes quilombolas, fortalecimento do Protagonismo Juvenil, considerando a diversidade e a especificidade socio territoriais, etc.

Figura 12 - Sala de Informática do CEU's



Fonte: Centro de Artes e Esportes Unificados - CEU (2024)

Segundo o entrevistado nº 5, o CEU's desenvolve trabalhos com as crianças que são atendidas pelas Escolas Municipais do entorno, uma vez que a maioria dos funcionários pertencem à Política de Educação:

[...] o CEU's é uma gestão compartilhada entre as secretarias municipais, e a secretaria de educação, saúde e assistência social. Os atendimentos são realizados através de oficinas e projetos, como projeto de leitura que tem como nome a Morada da Leitura, teatro, música, dança, informática, projeto de direitos e deveres que é desenvolvido por um funcionário do fórum da Comarca de Abaetetuba. Projeto de esportes, como vôlei e futebol e por fim o Projeto Vida Ativa que envolve os idosos (Entrevistado nº 5, Professor do CEU's, em 19/12/2023).

Ressalta-se que durante toda essa trajetória, diversos acontecimentos foram marcando esse espaço de forma significativa.

Rodrigues (2018, p. 47) enuncia que o “processo de mobilização constituem-se novas formas políticas organizativas, ao mesmo tempo em que esses coletivos buscam se adequar as questões normativas do direito brasileiro, na luta pela terra, pelo território, por educação e por saúde”.

O que faz-nos compreender que o “território torna-se o limite de validade espacial do direito do Estado” (Bobbio, 2007, p.94), isto é, o local onde o trabalho social acontece de forma nítida, onde a política pública social busca através dos serviços, programas e projetos integrados enfrentar as desigualdades sociais, promover a equidade e o protagonismo da população.

Portanto, a partir de toda essa totalidade que envolve o território do bairro de São Sebastião, percebemos o quanto as condições de existência daquela comunidade foram se transformando ao longo do tempo, de um território abarcado pela violência urbana para um território de paz que tem como principais construtores dessa história, crianças, jovens e adolescentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouvi muitos homens brigando ouvi seus gritos
 Estive no fundo de cada vontade encoberta
 E a coisa mais certa de todas as coisas
 Não vale um caminho sob o sol
 E o sol sobre a estrada
 É o sol sobre a estrada
 É o sol
 (Gal Costa)

De um simples povoado, datado de 1724, e por mostrar-se um território abrangente que apontava grandes perspectivas de evolução, em 1895, Abaetetuba eleva-se à categoria de cidade.

A historicidade nos mostra que Abaetetuba desde suas origens tem uma relação com a “indústria”. Afinal, durante muito tempo o município ficou conhecido como a “Terra da Cachaça”, devido aos engenhos de cachaça que por muito tempo realizaram a roda da economia do município. O extrativismo através da lavoura de cana-de-açúcar, fazia parte dessa distribuição de trabalho e renda.

Esta é parte do percurso que realizamos para a construção da presente dissertação. Uma vez que para compreendermos como se deu a formação do bairro de São Sebastião e todas as transformações sociais, econômicas, culturais, identitárias... que acompanharam o crescimento tanto demográfico como populacional do território em questão.

Entender que fazemos parte da Amazônia, que sempre fomos cobiça, perspectiva de riqueza e exploração é entender que ainda, querendo ou não, estivemos sob a mercê de nossos colonizadores, ante os portugueses, hoje o grande capital monopolista.

Euclides da Cunha salienta que a “Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo” (Cunha, 2000, p. 117). E não é à toa que essa “terra nova”, por volta de 1973 se torne alvo para a propagação de um dos mais ousados empreendimentos industriais (pelo menos para a época) que consolidará seu império em meio ao novo mundo: Projeto Albras/Alunorte.

Jorge Machado ao realizar uma descrição sobre a historicidade do Projeto, diz: “...ao mesmo tempo, a intensa migração que acompanha esses empreendimentos eleva o êxodo rural e o desemprego nas cidades, onde surgem focos de prostituição e miséria, com o aumento de violência e consumo de tráfico de drogas” (Machado, 2020, p. 32).

Esse autor afirma, que a implantação do projeto Albras/Alunorte não trouxe benefícios à população do município de Abaetetuba. Apesar do empreendimento nipônico não estar com suas bases estruturais no município, o referido projeto provocou na verdade uma desestruturação socioterritorial.

O Complexo Industrial Abras/Alunorte, realizou de forma magnífica a “entrada” do capitalismo monopolista e os novos modos de produção baseados na mão-de-obra da mais-valia e acirrou o processo de divisão de classes no município, até então um tanto velado.

João Carlos Santiago (2007), em sua dissertação de mestrado, retrata o processo neocolonialista que o Projeto Albras/Alunorte realizou na região amazônica, visto que conceitos como reestruturação produtiva, globalização, acumulação flexível, neoliberalismo, elementos até então (pelo menos na época) um tanto distantes da realidade amazônica, logo se efetivará, afinal o imperialismo japonês consumará um dos seus maiores e lucrativos investimentos, com a participação decisiva do Estado.

No processo de migração, ocorrência realizada que faz emergir o território do bairro de São Sebastião, percebemos o quanto o município mesmo sem a infraestrutura básica para abarcar, nos mostra através de dados estatísticos disponíveis no DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde) que no ano de 1983, Abaetetuba tinha uma população estimada em 81.313 habitantes, já no ano de 1993, a população passou para 104.864 habitantes. Percebemos que em dez anos se registrou um aumento de cerca de 23%, em número de habitantes. Segundo Santos (2023) podemos atribuir à pobreza, e sobretudo, à pobreza urbana, o crescimento demográfico.

Todo esse permeado de modificações, como já inferimos acima, realizou mudanças enigmáticas na transformação socio-cultural-territorial do município, inclusive no bairro de São Sebastião, uma vez que o êxodo rural foi uma forte tendência na época. Muitas famílias se deslumbraram com o que o trabalho liberal assalariado propagava e assim, muitos desfizeram-se de seus poucos bens em suas localidades e vieram compor a massa urbanizada, trazendo consigo hábitos e costumes. Em sua grande maioria, foram sucumbindo pela oferta que o mundo moderno proporcionava.

As identidades se fragmentaram e foram construídas/reconstruídas a partir do mundo globalizante e alienador em que os moradores de São Sebastião passaram a estar inseridos.

Uma cultura, baseada em tradições e costumes milenares como os brinquedos no formato de barquinhos e bichos da Amazônia confeccionados de miriti, que faziam parte das brincadeiras das crianças que foram trocados por carros e aviões feitos pelas indústrias de poliestireno (plásticos).

Diante de todo esse crescimento populacional, a expansão territorial realiza-se de forma feroz e desigual e os sujeitos que ali passam a habitar esse território, vão construir novas histórias: de existência e resistência frente a toda essa transformação conflituosa, contraditória e antagônica que a cidade realiza.

O território do bairro de São Sebastião expandiu-se rapidamente e junto a essa impavidez, os bolsões de pobreza ficaram mais nítidos nesse território, que contíguo à falta de infraestrutura básica e ao ócio provocado pela falta de planejamento e investimento do Estado, frente a esse território, ali fez implodir uma das mais atenuantes formas da expressão da questão social, a violência urbana.

Essa violência tinha nome, endereço e idade. Afinal, traduziu-se em adolescentes e jovens formados em “grupos de gangue” que se degladiavam dia sim, dia não, ou todos os dias, realizando um sentimento amedrontador na comunidade.

A cidade se ergue doravante à égide hegemônica do capital, e assim realiza de forma extensiva o conflito social de classes transfigurando-o em um processo de desigualdade tanto quantitativa como qualitativa, melhor dizendo, proporciona um modo de vida mórbido e com poucas ou nenhuma oportunidade para os mais pobres.

Afinal, o bairro de São Sebastião é uma área territorial urbanizada que tem início doravante o processo de industrialização.

A Política de Assistência Social que traz como uma de suas finalidades a proteção social e reconhece que os sujeitos não são dotados apenas de fragilidades e vulnerabilidades, mas que os mesmos possuem grandes potencialidades e que as necessidades humanas vão além da distribuição de bens materiais. Em outras palavras, a vida humana configura-se dentro de uma integralidade sob as várias formas da vida social.

Um território formado por múltiplas culturas e identidades, segregado e estigmatizado, tanto por ser um bairro periférico, quanto por ter em parte da escrita de sua história, a marca da violência urbana. Mas também um território cheio de potencialidades, que a partir dos serviços socioassistenciais, alicerçados a programas e projetos e usando a arte como instrumento de intervenção teve sua realidade reescrita pelas mãos de uma comunidade inteira, principalmente das crianças, adolescentes e jovens.

Um dos principais motores dessa mudança ficou conhecido de forma municipal como *Festival do Cordões Juninos* (grifo nosso), que na figura do Boi Pingo de Ouro se juntou a uma extensa comunidade e realizou a tão sonhada transformação social.

Cumprir frisar que foram muitos os desafios para que essa realidade pudesse acontecer, mas o trabalho social exercitado no CRAS em articulação com o CEU's, realizou uma ampliação dentro da busca de garantia de direitos e um sentimento de pertença e reconhecimento de uma identidade configurada/reconfigurada seja individualmente ou dentro da coletividade. Todo esse movimento socio-cultural-identitário realizado marca de forma nítida o abrir de novos horizontes, uma vez que aqueles jovens e adolescentes que antes encontravam-se no ócio, tiveram a oportunidade de desenvolver suas capacidades e contribuir para uma comunidade melhor para se viver.

Em conclusão, ressaltamos que realizar o processo de mudança social não é nada fácil. Durante nossa pesquisa, observamos e percebemos que por mais que a comunidade clamasse e sonhasse com um território pacífico com condições de vivência e sobrevivência, por outro lado, o medo da repressão realizado por forças simbólicas autoritárias desafiou e fizera tardar a abertura de uma nova página na escrita desta história.

De forma geral, o processo foi lento e gradual. No entanto, positivo e significativo, não só porque tiveram um índice considerável da redução da violência no território, mas porque toda essa metamorfose que efetuou-se no território do bairro São Sebastião deixou claro que as Políticas Públicas Sociais, são um meio atenuante de fazer a diferença e proporcionar melhores condições dignas de existência.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Gabriel. **A problemática do direito à cidade: a contradições políticas do direito à cidade no urbano contemporâneo**. 2023. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22052023-122703/en.php>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- ARAÚJO, G. dos S.; DA CRUZ, F. M. R. El grito de una naturaleza que agoniza: reflexiones sobre la Matinta Perera y su escalofriante fiiiitttt... fiiiitttt... . **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1610–1632, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n1-083. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/3110>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- ARJUN, Appadura. **Dimensões culturais da globalização**. 2004. A modernidade sem peias. Tradução: Telma Costa. 1996. Editorial Teorema, LDA. Lisboa/Portugal.
- ASBURY, Herbert, **As Gangues de Nova York: uma história informal do submundo**. Tradução: Beatriz Sidou. - São Paulo, Ed. Globo, 2002.
- BAPTISTA, Luís Vicente et al. Territórios, imagens e poderes. **Etnografias Urbanas. Oeiras: Celta Editora**, p. 35-42, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BAUMAN, Z. **O Mal Estar da Pós Modernidade**. Trad. Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama. Revisão Técnica Luís Carlos Fridman-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1998.
- BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade - a busca por segurança no mundo atual** (Trad. Plínio Dentzien). RJ: Jorge Zahar Editor, 2003 (original 2001).
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no Ar: A aventura da modernidade**. Trad: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. 1ª reimpressão: Companhia das Letras. 1986. Editora Scwarez LTDA-São Paulo-SP.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução: Marco Aurelio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 14ª ed., 2007.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: Uma introdução a luta dos sem teto**. São Paulo: Scortecchi, 2012.
- BOURDIEU, P. **A Econômica das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer/Pierre Bourdieu; prefacio Sergio Miceli-2**. Ed. 1ª (reimpressão). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico** (Trad. Fernando Tomaz), 5ª. Edição, RJ: Bertrand Brasil, 2002 (original 1989).

BOURDIEU, Pierre *et al.* **A Miséria do mundo** com contribuições de A. Accardo *et al.* - Petrópolis, RJ: Editora Vozes, p. 458, 2008.

BRASIL. Brasília. Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). **Regulamenta os arts**, v. 182, 2001.

BRASIL. **DECRETO nº 2637, de 25 de junho de 1998**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=2637&ano=1998&ato=263gXSE50dNpWTa3b>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. **Portal G1 - Monitor de Violência**. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia>. Acesso: 11 mar. 2023.

BRASIL. **Portal G1 Pará - Rede Liberal**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para>. Acesso: 11 mar. 2023.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de out. de 1988. Disponível em: <https://ninho.inca.gov.br/jspui/bitstream/123456789/13611/1/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20-%20Art.%20220.pdf> . Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. **Dicionário Online de Português**. Cidadania. Disponível: <https://www.dicio.com.br/cidadania/>. Acesso: 11 mar. 2023.

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF, **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Ainda é possível mudar 2030.2024**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome; **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**, Brasília-2009. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-desenvolvimento-e-assistencia-social-familia-e-combate-a-fome>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Norma Operacional Básica - NOB SUAS/2005. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-desenvolvimento-e-assistencia-social-familia-e-combate-a-fome>. Acesso: 11 mar. 2023.

BRASIL. Secretária Nacional de Assistência Social: **Política Nacional de Assistência Social - PNAS-2004**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-desenvolvimento-e-assistencia-social-familia-e-combate-a-fome>. Acesso: 11 mar. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. FFLCH, São Paulo, 2007.

Cavalcanti, Lana de Souza. Araujo, Manoel Victor Peres. Segregação Socioespacial no Ensino de Geografia: um conceito em foco. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial 2017. pp.140-159. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4775>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CHAUÍ, Milena. **Sobre a violência**-Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2017.

CLENES, Cleuton; CARDOSO, Lucimar Crispim Vaz; DOURADO, Vânia Cristina. O processo de urbanização Brasileira. **Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v. 37, n. 3, p. 573-585, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br> . Acesso em: 15 ago. 2023.

COSTA, Marléa de Nazaré Sobrinho; **Os cordões juninos como prática de intervenção dos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS nos territórios de Abaetetuba**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós- Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Abaetetuba, 2022. Disponível: https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=1939¬icia=10004949. Acesso em: 23 jun. 2023.

COSTA; Marléa de Nazaré Sobrinho. 2019. **Protagonismo, Resistência, Performatizado pelo Cordão Junino Boi Pingo de Ouro do CRAS São Sebastião no município de Abaetetuba**. (pág.225). II Colóquio Cidades e Identidades - Memória História, representações e silenciamentos e IV Workshop de Integração Internacional. Dezembro/2019.

COSTA, Márcia Regina da. **A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?** São Paulo: Perspectiva, 1999.

CRUZ, Fernando Manuel Rocha. **A tematização dos espaços públicos**: estudo de caso nas cidades de Porto, Vila Nova de Gaia e Barcelona sobre a qualidade e estrutura dos espaços públicos. Tese de Doutorado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.3103.4321>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CRUZ, Fernando Manuel Rocha. La gestión del miedo en personas mayores: investigación cualitativa en Natal/RN (Brasil). **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 6, p. 3828-3846, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/868/543>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CRUZ, Fernando Manuel Rocha. Público, turismo y ocio en los museos universitarios de Natal/RN (Brasil). **Aposta. Revista de Ciencias Sociales**, n. 84, p. 99-116, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4959/495964701006/495964701006.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CUNHA, Euclides. **Um Paraíso Perdido**: Reunião de Ensaio Amazônicos. Coleção Brasil 500 anos. Senado Federal, 2000. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>. Acesso em: 02 abr. 2024.

DAHRENDORF, Ralf. **O Conflito Social Moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. Tradução: Renato Aguiar, Marco Antonio Esteves da Rocha. EDUSP, 1992.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA DE SAÚDE (DATASUS). Acesso em 19/07/2024. Disponível em: <https://tabnet.datasus.gov.br>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo-organizadoras. **Métodos de Pesquisa**. Série Educação a Distância – UFRGS – Editora 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade** (Trad. Plínio Dentzien). RJ: Jorge Zahar Editor, 2002. (ed. Inglesa 1999).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4^o ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^o ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Viviane Marques. A contribuição de Stuart Hall e de Nestor Garcia Canclini. Revista Temática. Ano IX, n. 02 - Fevereiro 2013. Disponível: www.insite.pro.br. Acesso em: 10 mar. 2023.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Resende - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Ed. 10^a. Rio de Janeiro: DP&A 2006.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. Tradução: Jair Pinheiro. New Left Review, nº 53, 2008. Lutas Sociais. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br>. Acesso em: 13 jan. 2024.

HARVEY, David. **A Condição Pós Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo. Edições Loyola-1989.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana/David Harvey, tradução Jeferson Camargo - São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMAMOTO; Marila Vilela; **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência de notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. **Censo 2010**. Acesso em: 03 mar. 2024.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**/Henri Lefebvre; Tradução Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2011.

LIMA, Andreia da Silva; TEIXEIRA, Laís Vila Verde; GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira. **Legislação Social**. Porto Alegre; SAGAH,2019.

MACHADO, Jorge. **História de Abaetetuba: Com referenciais na história social e econômica da Amazônia**. Abaetetuba-2020 - Edição do Autor. Disponível em: <https://escrevercomorespirar.blogspot.com/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas:2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2023. Tradução, Rubens Enderle.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A Ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B.Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavine Martorano. Boitempo Editorial, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.) **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18º ed. Petrópolis: Vozes,2001.

Miranda, Thyago; Tavares Martins, Ana. (2021). Sociobiodiversidade e conservação na Amazônia: o caso da feira livre de Abaetetuba, Pará, Brasil. **Mundo Amazônico**. 12. 235-261. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350208144_Sociobiodiversidade_e_conservacao_na_Amazonia_o_caso_da_feira_livre_de_Abaetetuba_Para_Brasil. Acesso em: 15 ago. 2023.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NASCIMENTO, Luís Felipe Zilli. **“O Bonde tá Formado”**: Gangues, Ambiente Urbano e Criminalidade Violenta. 2011. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (obtenção do título de Doutor em Sociologia). Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br>. Acesso em: 15 ago. 2023.

OLIVEIRA; Victor Hugo Nedel; SANTOS; Andreia Mendes dos, **Os jovens de Porto Alegre: da escola para a cidade**, Caxias do Sul, RS: Educus, 2012. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/arquivo/ebook/os-jovens-de-porto-alegre-da-escola-para-a-cidade/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

PARK, Robert. (1967), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, in G. Velho, O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"O que é urbanização?"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-urbanizacao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos**. Editora Cortez, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA. **Centro de Artes e Esportes Unificados - CEU. Alegria do Amanhã**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Avanços, dificuldades e desafios da Política de Assistência no Município de Abaetetuba. Revista de divulgação das atividades da Secretária Municipal de Assistência Social de Abaetetuba/PA**. Abaetetuba/PA, março de 2010.

PROGRAMA PANORAMA. **Meu bairro tem história**. Disponível em: <http://www.naldoaraujo.com> . Acesso em: 17 jan. 2024.

RESCHILIAN, Paulo Romano. **Políticas de Habitação de Interesse Social e a expressão da segregação socioespacial: Evidências no município de São Sebastião, São Paulo**. Verás, Maura Pardini Bicudo (org.): *Desigualdades urbanas: segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras*.

RODRIGUES, Eliana Teles. **Representação e afirmação da identidade nos processos de construção da territorialidade**. Ribeiro, Joyce Otania Seixas, Rodrigues, Eliana Teles, HALBMAYER, Ernst (org.): *Identidades: Novas configurações em territórios múltiplos*. Curitiba: CVR, 2018.

RUFINO, Ângela Maria dos Santos; SENNA, Luiz Antônio Gomes. **Identidade, linguagem e escola**. Educação em Revista, Marília, 22 (1), pp.89-102. 2021

SANTIAGO, João Carlos da Silva. **Trabalho e Capital na Amazônia Oriental: Movimento Operário versus reestruturação produtiva no Complexo Albras-Alunorte-1990 a 2005**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPGCS/CFCH/UFGA, março 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SANTOS, Leonardo Bis dos. **O conflito social como ferramenta teórica para interpretação histórica e sociológica**. Boletim do Museu Emilio Goeldi. Ciências Humanas, v.9, n.2, p.541-553, mai-ago.2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222014000200015>

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Editora HUCITEC-São Paulo, 1993.

SANTOS; Milton. **Pobreza Urbana**. 3ª ed. 2ª reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARÁ (SEGUP). **SIC.PA N. 1829/2024**.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia do trabalho científico**, 1º ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SGARBOSSA, Marcelo. **Cidade, Espaços Públicos abertos e o Direito a Interação Social. Capítulo 1.** Porto Alegre, RS: Editora FI, 2022. Disponível em: <http://www.editoafi.org>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SILVA, Keli de Oliveira. A periferização causada pela desigualdade brasileira- Revista Urutágua. **Revista acadêmica multidisciplinar.** Maringá-dez/jan/fev/mar/2007. Disponível em: www.urutagua.uem.br/011/11.silva.htm. Acesso em: 05 abr. 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** 2º ed. Editora Contexto, 1988.

VERÁS, Maura Pardini Bicudo. (org.) **Desigualdades urbanas, segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras.** 1º ed.. Jundiaí (SP): Paco, 2018.

VERÁS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando Olhares:** uma tradução à construção sociológica da cidade. São Paulo: Studio Nobel: EDUC, 2000. (Coleção cidade aberta).

WOODWARD, Katryn. **Identidade e Diferença:** A perspectiva dos estudos culturais/ Tomas Tadeu da Silva (org.). 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2012.

APÊNDICE A - MEMORIAL ACADÊMICO

Apresento, neste Memorial Acadêmico, uma descrição de fatos que vão desde o Ensino Médio no Colégio São Francisco Xavier, passando pela Graduação e Pós-Graduação. Logo depois, sigo desbravando minha carreira profissional, no início como Professora no Ensino Fundamental, especificamente na Educação de Jovens e Adultos-EJA e depois como Assistente Social.

Muito antes de cogitar meus planos de vida, fui uma criança típica dos anos 80/90, com vizinhos/as que eram amigos/as. Brincávamos na rua, brigávamos, estudávamos próximo de casa, sendo a maioria, estudante de escola pública. Fizemos parte da famosa era “alunos jacaré”. Naquela época, a falta de investimentos do Governo do Estado na educação, explicava a falta de carteiras para todos os alunos nas salas de aula. Muitos assistiam às aulas, sentados ou deitados no chão.

Um momento que vai marcar minha trajetória – sem ter entendimento para isso, na época – é o confisco das poupanças. Essa ação do Governo Federal, na época, dá o “ponta pé” inicial no novo curso que a minha vida irá tomar.

As minhas memórias me transportam para o início da década de 90, quando, até então, minha família possuía uma vida econômica estável. Com o confisco das poupanças, meu avô perdeu as economias de uma vida inteira. Nesse mesmo período, a embarcação da família, dedicada à venda de especiarias nos rios da Amazônia, sofre naufrágio.

Perde a embarcação e com ela, toda a mercadoria. Para não ficar devendo ao Banco, o patriarca da família entrega para quitação da dívida, o imóvel que se localizava no bairro de Algodual. Recomeçando do zero, foi aí que conseguimos um terreno no bairro de São Sebastião.

Por volta de 1993, chegamos ao bairro. Até então, era pacato com poucas casas, ruas estreitas e em sua grande maioria com pequenas pontes de madeira. A única Política Pública existente no território era a política de educação através da Escola Maria Zaide Cardoso, que possuía apenas duas salas de aula. Existia também a igreja católica com seu grupo de perseverança (grupo formado por adolescentes) e o grupo de jovens. Outro espaço era a Igreja Evangélica Assembleia de Deus nos seus dias de culto. Por a escola do bairro não oferecer turmas para a escolaridade que cursava, me deslocava ao bairro mais próximo para frequentar as aulas.

O bairro viveu tempos muitos difíceis, no final da década de 90 e início dos anos 2000. Víamos muitos adolescentes perderem a vida, devido à violência entre as “gangues”. A igreja católica buscava através de seus grupos e pastorais a amenização da situação, porém sem muito sucesso. A pastoral que tinha esse trabalho com crianças e adolescentes na época era a Pastoral do Menor. Porém, como o polo da entidade mais próximo se localizava no bairro de Algodal, muitos meninos e meninas não podiam sair do bairro devido ao seu envolvimento com a gangue e acabavam sendo reféns de seu próprio território.

Ao cair da noite ainda por volta das 18 horas, já era impossível saímos de casa, pois poderíamos ser assaltados ou até mortos se não tivéssemos permissão para adentrar o território. Isso fez com que muitas famílias vendessem suas casas a preços irrisórios somente para se desfazerem do bem material e fixar residência em outra localidade do município.

Minha mãe sempre foi engajada nas lutas dos movimentos sociais. Cresci em meio a mobilizações, marchas e passeatas, o que acentuou meu olhar crítico em relação às questões sociais que vivenciávamos.

Em 1997, iniciei meu ensino médio no Colégio São Francisco Xavier, no curso técnico de Magistério. Quando realizei meu estágio curricular, fui para a Escola Maria Zaide Cardoso, localizada no bairro de São Sebastião. Convivi diariamente com a situação degradante de muitas crianças e as multifacetadas expressões da questão social eram gritantes (trabalho infantil, negligência...).

Em 2013, formei-me em Serviço Social, pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA. Ainda em 2012, fiz meu Estágio Curricular na Pastoral do Menor, entidade filantrópica ligada à Igreja Católica. Esta trabalhava com crianças e adolescentes e suas famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Dessa experiência, desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso, cujo título é: “Trabalho Infantil: Causas e Consequências no município de Abaetetuba”. Durante esse tempo, procurei entender a realidade vivenciada por esse público infanto juvenil.

Em 2014, concluí meu curso de Especialização na área de Políticas Públicas e Intervenção Social, pela Faculdade Integrada da Amazônia-FAIBRA. Em meu artigo intitulado “Erradicação do Trabalho Infantil: Conquistas e Avanços na Gestão Municipal em Abaetetuba” pude analisar com maior profundidade esta problemática.

Após minha conclusão de curso no ensino médio, fui trabalhar como professora na Escola Maria Zaide Cardoso, no bairro de São Sebastião, na Educação de Jovens e Adultos-EJA. Na época, estava se dando o início do programa educacional e, nós professores, saíamos de casa em casa, para realizar algumas atividades nas residências. Uma lembrança muito triste dessa época é que horas depois de um aluno sair da escola, o mesmo foi assassinado por outro jovem, devido ao fato do irmão dele ser membro da gangue rival.

Minha atuação profissional como assistente social se iniciou, em 2013, no Setor de Habitação Municipal. Atendi muitas famílias do município, inclusive do bairro de São Sebastião que se encontravam em situação de inadequação familiar, coabitação familiar involuntária, ônus excessivo de aluguel etc.

Logo depois exerci minhas funções no Setor de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Benefícios Eventuais e no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Através das visitas domiciliares aos usuários dos programas, acompanhei de perto as situações vivenciadas por esses indivíduos.

A minha atuação profissional me desafiou a apurar um olhar sagaz e reflexivo sobre as políticas sociais, em especial, sobre a Política Pública de Assistência Social, dentro da Proteção Social Básica, materializada na figura do CRAS.

Atualmente, uma vez percorrida toda essa trajetória pessoal, acadêmica e profissional, volto-me para a elaboração de uma dissertação de mestrado, a fim de compreender os impactos sociais no processo de formação desses sujeitos usuários dos serviços sócio assistenciais oferecidos no CRAS. Contudo, tendo ciência do necessário distanciamento a ser tomado como princípio científico.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA**ROTEIRO DE ENTREVISTA****• Assistente Social e Psicólogo/Educador Social.**

- 1- Como se deu o processo de implementação do CRAS no bairro de São Sebastião?
- 2- Como se desenvolveram as suas representações sociais sobre o bairro de São Sebastião desde que começou a trabalhar até o presente momento?
- 3- Quais estratégias foram usadas para que vocês pudessem estabelecer relações com as famílias do bairro?
- 4- Qual o maior desafio encontrado para realização das intervenções e assim desenvolver suas práticas profissionais?
- 5- Como se deu (realizou) o trabalho com os jovens no bairro de São Sebastião, a partir da figura do CRAS?
- 6- Que estratégias foram adotadas para realizar o trabalho com esses jovens e sobretudo aqueles que estavam envolvidos com a violência urbana?
- 7- Como foi trabalhar esses jovens fortemente atingidos pelas pressões do processo de exclusão e segregação espacial, econômica e social/
- 8- Em que consiste (iu) o programa agente jovem e vale juventude?
- 9- Relate sobre o Cordão Junino e a contribuição do mesmo na mudança de vida desses jovens, suas famílias e do território.

• Professor (funcionário do CEU's)

- 1- Como aconteceu e o porquê o Centro de Artes e Esportes Unificado foi implementado no bairro de São Sebastião?
- 2- Como se desenvolveram as suas representações sociais sobre o bairro de São Sebastião desde que começou a trabalhar até o presente momento?
- 3- Quais são as atividades que o CEU's desenvolve?
- 4- Vocês desenvolvem ações compartilhadas com o CRAS? Quais são?

- **Famílias:**

- 1- Como vocês chegaram no bairro de São Sebastião? De que estado/município vocês são? Que impactos essa mudança trouxe para suas vidas?
- 2- Você poderia relatar/contar um pouco da trajetória de sua família aqui no bairro de São Sebastião.
- 3- Foram vítimas de algum tipo de violência no bairro?
- 4- O CRAS e o CEU's têm significado/participação na vida de sua família?

- **Membros da “gangue”**

- 1- Como e quando vocês chegaram no bairro de São Sebastião? De que estado/município vocês são?
- 2- Você poderia contar um pouco de sua história na adolescência aqui no bairro?
- 3- O que levou você a fazer parte da “gangue”?
- 4- O CRAS e o CEU's têm alguma participação na mudança de sua história de vida?

- **Pessoa que participou da fundação do bairro.**

- 1- O senhor pode nos contar a história do bairro de São Sebastião? Desde o seu surgimento, o período do domínio dos “grupos de gangues”?

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS,
IDENTIDADES E EDUCAÇÃO (PPGCITE)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o(a) Sr (a) para participar da Pesquisa Identidade, Cidade e Cultura: Uma análise das práticas, linguagens e representações no bairro de São Sebastião- Abaetetuba/PA, sob a responsabilidade do/a Isane Caripuna Pinheiro, a qual pretende refletir sobre o processo de reconfiguração da Identidade, Cidade e Cultura em face do diálogo com a modernidade. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista mediante a utilização de questionário semiestruturado.

Se depois de consentir a sua participação o/a Sr desistir de continuar participando tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pesquisa. O/a Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisado/a responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr(a) poderá entrar em contato com o/a pesquisador/a no seguinte endereço: Tv. Benedito Sena dos Passos nº 2215-Bairro: São Sebastião-Abaetetuba/PA, cel.: (91)989952396 ou poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE), na Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba: Email: ppgciti@ufpa.br.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu _____, fui informado sobre o que o/a pesquisador/a quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendo a explicação.

Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando eu quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pelo pesquisador/a, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura ou Impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa.

Assinatura do pesquisador responsável.

Data: __/__/__.